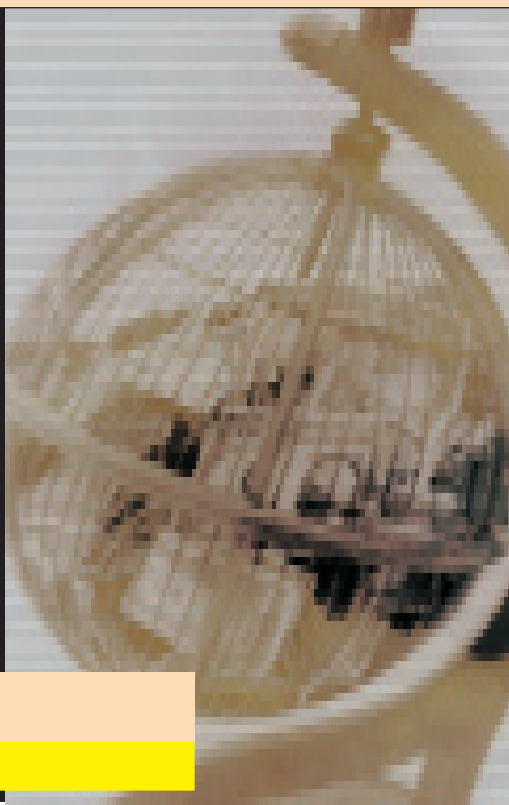


TERRITÓRIO E SOCIEDADE

entrevista com
Milton Santos



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



TERRITÓRIO E SOCIEDADE

ENTREVISTA COM MILTON SANTOS

Ponto de Partida

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido
dos Trabalhadores em maio de 1996

Presidente: Nilmário Miranda

Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Selma Rocha Iole Ilíada
 Flávio Jorge Paulo Fiorilo

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial
Rogério Chaves

Editora Assistente
Raquel M. Costa

Edição de texto
José Corrêa Leite e Mônica de Carvalho

Revisão
Maria Vianna

Projeto Gráfico
Eliana Kestenbaum

Editoração Eletrônica
Augusto Gomes

1ª edição: abril de 2000

2ª edição: novembro de 2000

3ª reimpressão: setembro de 2007

4ª reimpressão: março de 2009

Todos os direitos reservados à
Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Fone: (11) 5571-4299 / Fax: (11) 5571-0910

Na internet: www.fpabramo.org.br

Correio eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Milton Santos

ISBN 85-86469-26-2

TERRITÓRIO E SOCIEDADE

ENTREVISTA COM MILTON SANTOS

ENTREVISTADORES:

ODETTE SEABRA

MÔNICA DE CARVALHO

JOSÉ CORRÊA LEITE

2ª edição

4ª reimpressão



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ENTREVISTADORES

ODETTE SEABRA é professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

MÔNICA DE CARVALHO é socióloga e professora da Faculdade de Ciências Sociais e da Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

JOSÉ CORRÊA LEITE é jornalista e editor de
Em Tempo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
PARTE 1: TERRITÓRIO DA GEOGRAFIA	9
ECOLOGIA E NATUREZA	18
TÉCNICA, TEORIA, UTOPIA	36
METADISCIPLINA, CIDADE E CAMPO	49
OS POBRES E A RUPTURA	60
PARTE 2: TERRITÓRIO DA VIDA	73
ANOS 50 E 60	87
UM OUTRO OLHAR	98
PÓS-64	103
DE VOLTA AO BRASIL	112
O PAPEL POLÍTICO DOS INTELECTUAIS	118



Da esquerda para direita: Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite, Milton Santos e Odette Seabra, durante a entrevista realizada na casa de Milton Santos (fevereiro de 2000).

APRESENTAÇÃO

Este livro, fruto de duas sessões que totalizaram cerca de dez horas de entrevista com o professor Milton Santos, quer facilitar o acesso à obra de um dos pensadores mais originais e mais importantes de nosso país.

A sólida produção de Milton Santos vem impulsionando, ao longo das últimas décadas, um questionamento constante da forma como a geografia vê a si mesma e ao mundo. Mas, se suas análises do território e da técnica ganham um lugar destacado no cenário atual, é por propiciarem uma visão penetrante e inovadora do fenômeno da globalização, cuja importância ultrapassa em muito as fronteiras de sua disciplina e influencia todo o pensamento social contemporâneo.

Mas, para Milton Santos, a tarefa do intelectual é, antes de tudo, a da crítica. Ele é um pensador engajado, que quer compreender o mundo para produzir as idéias necessárias para transformá-lo. A força de sua obra torna-a, assim, uma referência para a atividade dos partidos e

movimentos sociais que lutam contra a globalização totalitária em curso, contra o que ele chama de globalitarismo.

A obra liga-se, todavia, à vida. Pareceu-nos importante, por isso, destacar o nexó entre a trajetória pessoal do professor Milton Santos – dimensão que normalmente não pode emergir em seus textos teóricos sistemáticos – e a sua vasta produção intelectual.

Esperamos contribuir para o debate das idéias de Milton Santos, tão importantes para o desvelamento do novo mundo em que estamos adentrando.

ODETTE SEABRA
MÔNICA DE CARVALHO
JOSÉ CORRÊA LEITE

TERRITÓRIO DA GEOGRAFIA

JOSÉ CORRÊA – *Professor, grande parte de sua obra recente é dedicada à análise da globalização. Como o senhor caracteriza esse processo?*

MILTON SANTOS – A globalização conseguiu materializar a metafísica, mediante o papel desempenhado pela ciência e pela técnica na produção das coisas. Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal. Somos cercados por coisas que são ideologia, mas que nos dizem ser a realidade. Isso nos constrange, porque forma um sistema muito forte; e qualquer discussão que indique ser aquilo ideológico é desqualificada.

JC – *Porque já se constituiu em prática, em processo de reprodução da vida...*

MS – E acho que esse é o drama da globalização. É preciso desmontar essa ideologia. Primeiro, desfazê-la na idéia, por meio da análise. Porque a análise é o processo de inverter, de colocar tudo ao contrário. E depois desfazê-la politicamente. Esse é o problema: opor à

crença de que se é pequeno, diante da enormidade do processo globalitário, a certeza de que podemos produzir as idéias que permitam mudar o mundo.

JC – *A técnica tem, enquanto coisa, uma dimensão de objetividade inescapável; mas tem, em sua análise, também uma dimensão política e ideológica própria de um fenômeno histórico. De outro lado, o capital e o trabalho têm uma parcela técnica e uma parcela política... Partindo da contradição trabalho-capital, Marx dizia que, à medida que avança a técnica e a produtividade, o valor como medida do trabalho se torna uma forma cada vez mais pobre de organizar o trabalho, de medir e alocar o dispêndio de energia humana. A ampliação do componente político da técnica e do trabalho não representa também uma ampliação das condições objetivas para o questionamento do próprio trabalho assalariado, da organização mercantil da sociedade?*

MS – Creio que sim. Basta você ver os remédios hoje, o que têm de matéria e o que têm de ideologia, de propaganda. Mas é assim em quase tudo. O conteúdo propagandístico do valor é enorme. Pagamos para sermos enganados. Paga-se o processo de engano que acompanha e que precede a produção das coisas, das relações e das imagens. É o papel formidável da informação.

JC – *O senhor caracteriza a globalização como globalitarismo. Por que essa associação de globalização e totalitarismo?*

MS – Estou querendo chamar a atenção para o fato de

que a atual globalização exclui a democracia. A globalização é, ela própria, um sistema totalitário.

Estamos em um mundo que nos reclama obediência. Uma frase que se ouve com grande frequência, quando reclamamos de algo, é: “O senhor é o primeiro a reclamar”. Vocês nunca ouviram isso? Há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica, que o totalitarismo está presente. Também no chamado setor de serviços. E a universidade é um exemplo formidável desse totalitarismo. Todos os dias somos solicitados a cumprir os regulamentos, as normas... Mas é exatamente a norma que se opõe à essência do trabalho intelectual. Sem contar que rompe com a liberdade de o professor decidir o que é mais conveniente ao seu magistério. E tem-se isso a cada momento, em tudo. Há, portanto, um novo totalitarismo que, todavia, se apresenta como um convite a fazer as coisas bem feitas, ordenadas. É um ritmo infernal que se impõe.

Olhem o que se passa na política. No caso do Brasil, por exemplo, o discurso do chefe da nação, por ser da nação, deveria ser pedagógico. E, no entanto, o nosso chefe da nação diz que todos os que não pensam como ele são canalhas, burros, estúpidos, vagabundos, não admite nenhuma discrepância com o que ele próprio pensa. É a eliminação do debate. O pensamento único é a prática da política e da convivência coletiva marcada por esse “faça assim, faça de tal forma, senão está tudo errado”. É a consideração simplória da técnica como absoluto, como norma – o que é próprio do nosso tempo –,

levando à propensão de utilizar um mandamento técnico como se fosse um mandamento político, cultural, moral, religioso. É o fim da crítica e da autocrítica.

ODETTE SEABRA – *O que conduz a este ritmo? O que torna este movimento hegemônico? O que faz com que todo o mundo caminhe na mesma direção? Porque, aparentemente, quando se pergunta sobre globalização ao ministro da Fazenda, ele fala de mercado de capitais; quando perguntamos ao cientista, ele fala da ciência e da técnica; quando perguntamos a um empresário, ele reclama da concorrência e das entradas sutis, às vezes nem tanto, das multinacionais...*

MS – Acho que o que conduz a esse ritmo hegemônico é a idéia de competitividade, que é diferente da competição capitalista, e que só se tornou possível nesta época, não era possível antes. Então ainda não se conhecia o mundo direito, não tínhamos o domínio da velocidade e os mercados eram relativamente regulados pela política nacional. A competitividade impõe o reino do fugaz, cria uma tensão permanente, que leva a esse atordoamento geral em que vivemos. Essa competitividade, possibilitada pelas atuais condições objetivas, é resultado da perversidade da globalização, e a única solução que parece viável é ir remando também. Quando um jovem opta pela competitividade como norma de vida é sociologicamente possível compreender, porque isso lhe aparece como a única defesa possível num mundo que não é nada generoso. É preciso mostrar-lhe que há outros caminhos, ainda que difíceis ou pouco conhecidos.

MÔNICA DE CARVALHO – *Esse ritmo que nos é imposto pela competitividade acaba promovendo uma enorme ignorância que, por sua vez, acaba favorecendo a submissão àquelas normas que também nos são impostas. A velocidade com que as coisas se transformam, com que as normas se modificam, parece tornar as pessoas cada vez mais ignorantes, porque se sentem inseguras, desprovidas de referenciais...*

MS – Quando o Ministério da Educação, no final de 1999, indicou as linhas mestras do novo ensino técnico, praticamente suprimiu o ensino de humanidades. Dessa forma, criaremos robôs, não propriamente cidadãos pensantes. E eu não vi reação. E por que nós não reagimos?

JC – *A globalização também é caracterizada pelo senhor como fábula e como perversidade. Por que esses termos?*

MS – É que eu parto do pressuposto – talvez a vida me tenha ensinado – de que uma coisa é você ter as idéias e outra é a forma de exprimi-las. O trabalho intelectual não acaba com a produção da idéia, há que se buscar as palavras que levem a perguntas como essa. E são poucos os que perguntam e muitos os que repetem. Então, é preciso escolher as palavras fortes que produzam o discurso da mudança, que convoquem as pessoas a entrar na corrente “do contra”. Mas a globalização é fábula porque quando nos falamos sobre a “aldeia global” querem dizer que todos sabem o que se passa no mundo. Hoje, os jornais dão como manchete que, em dezembro de 1999, a indústria cresceu, mas não noticiam que a

inflação aumentou na primeira semana de fevereiro de 2000. Há toda uma fábula, sem a qual a globalização não se mantém. Ela só se mantém em função da fábula.

Esse discurso, que enaltece a situação atual, obscurece a sua perversidade. Por exemplo, condena-se a população brasileira a morrer sem cuidados médicos, e dizem que estamos caminhando para uma saúde pública melhor. Eu acho que isso é que é dramático e a impressão que se tem é que não se pode sair disso. Veja, por exemplo, a forma como a mídia tem apoiado o governo. Aliás, não só a mídia, os jornalistas também. É possível que isso não demore muito, mas também é possível que o presidente mande dizer que o país está à beira do precipício e que é necessário ajudá-lo... é possível.

OS – *Professor, a história nunca registrou um momento em que um discurso pudesse valer por si mesmo...*

MS – É a primeira vez... O dramático é que o discurso se instalou nas coisas. Não está separado das coisas, nem das situações. Por exemplo, em dado momento falava-se das finanças e se imaginava – isso há poucos anos – que as finanças não eram a economia real. Será que não o são? Hoje, o que se diz é que tudo depende das finanças. Se estas forem mal, nada mais é possível. Nem falar, portanto, em bem-estar social, cidadania, solidariedade... Será que é mesmo assim? Será o dinheiro a única razão admissível?

JC – *As finanças têm uma dimensão especulativa. Mas têm uma outra que é a da redistribuição da mais-valia*

entre os grupos capitalistas. No entanto, continua existindo uma dimensão de aposta no ganho, que pode ou não ser realizada a cada momento. As crises periódicas do capitalismo retornaram depois dos anos 70 e tornaram-se mais próximas. Mas, nos anos 90, a economia norte-americana não conheceu esse processo. Ela impediu a crise interna, embora a tenha exportado para os outros países.

MS – Mas há uma crise interna nos Estados Unidos, porque houve o empobrecimento da sociedade.

JC – *Sem dúvida. Mas não está descartado que, amanhã, possa haver uma recessão global que envolva, inclusive, os Estados Unidos, aumentando a concentração de renda no próprio país, e haja um grande colapso financeiro...*

MS – Há duas coisas. Uma é que o raciocínio a partir do financeiro, que está nos comandando, às vezes nos induz a esquecer a sociedade. Por exemplo, a minha última permanência nos Estados Unidos foi horrível, embora eu tenha aprendido algumas coisas. Achei a sociedade dominante decadente, burra, mesmo na universidade. Houve um aumento do fundamentalismo e do chauvinismo americanos... um totalitarismo nas relações interpessoais! Olha, eu trabalhava no Instituto da América Latina, na Universidade de Stanford, que funcionava numa casa pequena, aconchegante: um andar embaixo, outro em cima. Entre a minha porta e a da administração havia uns cinco metros e eu encontrava bilhetes no meu escaninho. Creio que as pessoas tinham medo de relações pessoais, diretas. A comunicação era por bilhetes,

you já imaginou? É uma sociedade muito tecnicizada e segmentada. Há, também, um retrocesso sociopolítico extraordinário. As leis de defesa das minorias (negros e latinos) estão, sobretudo na Califórnia, caindo... Então, há algo errado na sociedade... Isso é um aspecto.

Felizmente, outra coisa é que o próprio sistema está sujeito a acidentes, talvez por causa dessa enorme carga técnica. Basta que alguns grupos não se adaptem à norma, às formas de realização material, para haver um curto-circuito. Portanto, não está excluída a produção da desordem, em forma de crise irreversível. Irreversível, porque não há crise social que se resolva com um sistema de absoluta ditadura das finanças. Vejamos o que se passa no Brasil, quando ouvimos “o mandante” dizer que do Tesouro e das privatizações não se pode gastar um tostão para ajudar um pobre, que os recursos das privatizações são todos para o banqueiro... Alega-se uma inteligência universal, isto é, o “mundo inteiro” está pedindo isso e é isso o que está se fazendo. Por isso, as cidades estão pegando fogo! E não se pode dar um tostão dos recursos sociais para apagar o incêndio porque a ordem financeira é constituída às custas de um sistema extremamente inumano e totalitário.

JC – *Mas não está descartada uma crise?*

MS – Um acidente, digamos assim, mas de consequência irreversível, que seria o equivalente a um efeito dominó...

JC – *E cuja consequência seria um colapso global?*

MS – É. E isso é muito mais fácil por causa, exatamente, dessa comunicabilidade instantânea no nível global, que não havia antes... O medo é incontrolável, já constatamos isso em outras crises em que ele comandou e agora o contágio do medo tornou-se mais possível, podendo propagar-se rápida e globalmente. Por enquanto, o que é visível é o medo de um grande ator frente a outro.

MC – *O senhor fala que o sistema demanda normas rígidas até para que possa manter sua flexibilidade...*

MS – Que não é flexibilidade, essa é outra fábula. Graças à inflexibilidade normativa do uso das técnicas a serviço do dinheiro, nunca houve tanta inflexibilidade, nem tanta dureza no exercício das relações dominantes. Mas o que é inflexível tende a quebrar. Não há mais a inteligência da negociação com os que não são “grandes”, de modo que o resultado a esperar será desastroso. A situação perdura em virtude da plethora de normas arbitrárias destinadas a manter uma situação que não interessa à maior parte da população. Mas tudo tem limites.

MC – *Sim, mas essas normas precisam ser negociadas politicamente.*

MS – Exato. Só que há pessoas designadas para fazer isso. O primeiro homem, para o estrangeiro, é o presidente da República, foi por isso que ele foi escolhido. Mas, não se pode tirar o Malan [ministro da Fazenda], e se isso for feito, teremos um “delfim”, no sentido da corte francesa, que é o presidente do Banco Central, e a lista sucessória de pessoas de confiança do sistema financei-

ro... Creio, então, que há uma fragilidade muito grande nessa globalização, e é por isso que o Brasil tem que ser controlado de fora, porque se o Brasil mudar de idéia um pouquinho, pode levar o mundo por água abaixo. Por isso o Brasil é hoje um dos países mais vigiados de fora, na sua política interna e externa, na sua política social, na sua política educacional...

ECOLOGIA E NATUREZA

JC – *Professor, quero levantar uma outra contradição possível. Como se dá a relação do processo de globalização com os limites naturais? A ecologia se desenvolveu nas últimas décadas como uma crítica civilizatória que aponta cada vez mais que há limites naturais...*

MS – De certo modo, acabou a natureza. Bem, dizer que a natureza acabou é uma forma de provocar uma discussão mais acesa. Na realidade, a natureza, hoje, é um valor, ela não é natural no processo histórico. Ela pode ser natural na sua existência isolada, mas, no processo histórico, ela é social. Quer dizer, eu a valorizo em função de uma história. Isso já ocorria antes, mas hoje é muito mais evidente. O valor da natureza está relacionado com a escala de valores estabelecida pela sociedade para aqueles bens que antes eram chamados naturais. Hoje, quando a economia e a mais-valia se globalizam, a natureza globalizada pelo conhecimento e pelo uso é tão social como o trabalho, o capital, a política...

Por outro lado, eu tenho muito receio de uma superfeição do fator natural. Por duas razões. Primeiro, porque

pode encobrir a vontade de produzir uma ideologia que nos afaste da discussão central, que é a da sociedade. Nesse caso, uma certa ecologia é um dado ideológico na produção da globalização perversa.

Uma enorme parcela da atividade intelectual, hoje, é comandada a partir de centros de poder. Por meio de seminários internacionais, prêmios oferecidos, viagens, publicações, tudo aquilo de que nós acadêmicos gostamos, as temáticas acabam sendo politicamente estabelecidas e forma-se a agenda do pensamento único, ainda que com pequenas variantes, como a necessidade de ter sempre um sujeito contra, para legitimar os 99% que estão a favor. Isto também faz parte do processo acadêmico. Veja-se o número de ONGs que se criam e que são financiadas para mobilizar a boa vontade e o talento dos jovens, todos voltados para esse endeusamento da natureza, que inclui como *slogan* a crença de que a natureza sempre foi boazinha, quando frequentemente ela foi chata e perversa também. Há um papel político nisso, porque esses meninos generosos, que às vezes se dizem a vanguarda da luta por um outro planeta, acabam preocupados com a mãe natureza, pura e simplesmente.

Em segundo lugar, creio que há muita coisa a ser inventada no reino chamado natural. As invenções são produto da necessidade e não o contrário. Então, imaginar que vai faltar água, fazer terrorismo com a camada de ozônio, isso realmente não me causa insônia, sobretudo porque boa parte da água é gasta com coisas desnecessárias e seu uso poderia ser racionalizado. O que me preocupa

é, antes de tudo, a contribuição que um certo tipo de “ecohisteria” dá para desmanchar o entendimento do que é o mundo, atribuindo um papel muito grande ao que realmente já não existe, que é a natureza natural. Esta tem de ser discutida, mas nos termos devidos, de modo a ajudar na sua preservação. Mas a preservação não pode ganhar um aspecto religioso, e desse modo prescindir de discussão. O fato é que os agravos à natureza são sobretudo originários do modelo de civilização que adotamos. Será este irreversível? É esta a discussão que se impõe, para evitar ao mesmo tempo as ofensas à Terra e aos homens. Não podemos nos esquecer de que uma certa pregação ecologista-naturalista acaba por encobrir o processo de produção da globalização perversa. Por isso, os propagandistas-pregadores são largamente financiados pelos que lucram com essa globalização.

OS – *Na verdade os chamados limites naturais não são nem limites, nem naturais...*

MS – Os recursos naturais... se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais. Mas vá dizer isso! É um problema, porque às vezes a gente desmancha os meninos que vêm nos ver. Você diz uma verdade dessas e eles saem tristes, não é? Certos partidos verdes europeus não são verdes como os nossos, porque eles estão tratando da sociedade, o ambiente é a sociedade. É diferente desse verdismo naturalista brasileiro.

OS – *Agora, a natureza é natural do mundo, traduzida às vezes como paisagem, às vezes como recurso. Neste*

momento, há um interesse renovado no conhecimento da natureza, ou daquilo que dela sobrevive. Mas a lógica inexorável do mercado avança e redefine as paisagens, produz outros elementos e os decompõe. Daí a necessidade analítica do conhecimento científico para progredir. Ele sempre se situou nessa fronteira, entre o desconhecido e o conhecido. Como natureza, situam-se aqui novos campos, tais como a biodiversidade, o mapeamento do genoma etc. Quais seriam as perspectivas de um planejamento socioambiental? Ainda há tempo?

MS – Isso já temos em pequenos países com grande densidade econômica, técnica e social – como a Holanda, por exemplo – que precisam utilizar e valorizar de maneira bem precisa cada porção do seu território. No caso do Brasil, cuja ocupação territorial capitalista é recente – há apenas 20 anos o país é inteiramente ocupado –, existem ainda áreas onde a necessidade do zoneamento, digamos assim, não é tão forte.

Além disso, a tarefa em nosso país é por enquanto impossível, porque a escolha dos bons lugares já foi entregue às empresas. As grandes empresas escolhem os lugares que lhes interessam, deixam o resto para as outras, que vão, na respectiva ordem, escolhendo outros lugares. E o Estado não deseja participar do processo de disciplinamento do território. Bom, há nessa desordem a oportunidade intelectual e política de nos deixar ver como o território revela o drama da nação, porque ele é, eu creio, muito mais visível através de território do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade. A minha impressão é que o território revela as contradi-

ções muito mais fortemente. Se se pudesse falar em um cotidiano nacional, este seria mostrado pelo território. A grande desordem atual do Brasil é muito mais visível a partir do território, o que está dando à geografia um papel importante na interpretação e, mais tarde, na tarefa de reconstrução do país.

MC – *Como o senhor relacionaria o conceito de território com o processo de globalização?*

MS – O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. A globalização amplia a importância desse conceito. Em parte por causa da competitividade, cujo exercício, levando a uma busca desesperada de uma maior produtividade, depende de condições oferecidas nos lugares da produção, nos lugares da circulação, nos lugares do consumo. Quer dizer, há lugares mais apropriados para aumentar o lucro de alguns, em detrimento de outros. E isso só é possível porque os lugares e o mundo tornaram-se conhecidos, porque a informação circula rapidamente e porque, para subsistir validamente, é preciso competir por uma pequena faixa de mercado, o que não existia antes. Hoje, se uma pequena fatia de mercado escapa a uma grande empresa, isso a desequilibra, porque é transferida para outra grande empresa e aumenta o seu poder. Então, os lugares, tornam-se um dado essencial do processo produtivo, em todas as suas instâncias, e passam a ter um

papel que não tinham antes. A globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização na forma em que está aí, privilegiando a competitividade. Entre o território tal como ele é e a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social.

JC – *Como o processo de compartimentação e fragmentação do território é promovido pela globalização? O que acontece com o território?*

MS – Como vemos, há um uso privilegiado do território em função das forças hegemônicas. Estas, por meio de suas ordens, comandam verticalmente o território e a vida social, relegando o Estado a uma posição de co-adjuvante ou de testemunha, sempre que ele se retira, como no caso brasileiro, do processo de ordenação do uso do território. Então, sob o jogo de interesses individualistas e conflitantes das empresas, o território acaba sendo fragmentado. Na ausência de uma regulação unificadora do processo social e político, o que se impõe é a fragmentação social e geográfica também como um processo social e político. O que está se passando hoje no Brasil? De um lado, estão os partidos do governo, Covas, Lerner, ACM, que discutem a questão fiscal como algo apenas fiscal, contábil, estatístico e, de outro lado, a oposição, que aceita o debate nesses termos e se opõe às teses dos conservadores a partir de suas premissas. Mas a discussão não é essa, a discussão

é sobre o conteúdo do território, algo que é dinâmico e inclui toda a vida socioeconômica (não apenas o dado fiscal) e deveria ser a base da produção de uma outra política. Os jornais abrem manchetes para um tema que não é essencial e a população é levada a um debate sem qualquer futuro, uma discussão superficial e boba. Prendem-se a um aspecto não-essencial e não à constituição real do território.

JC – *Mas esses governos estão voltados para o encaminhamento dos interesses dos grupos que estão fragmentando o território.*

MS – Mas e as oposições? Parece que há uma dificuldade dos partidos de esquerda para encarar os problemas como um conjunto e para reconhecer o território socialmente utilizado como o principal elo social em um país.

JC – *E quando se faz isso é com muita dificuldade. Por exemplo, o caso da Ford, no Rio Grande do Sul. Quando o governador Olívio Dutra desfez o acordo estabelecido pelo governo anterior, enfrentou uma resistência sistemática no Brasil todo. E o que acabou acontecendo? O próprio governo federal vai encaminhar os subsídios para a Bahia.*

MS – Mas aí a gente volta ao começo da nossa conversa. O Olívio deveria enfrentar todo o império da mídia, que acabaria com ele em uma semana? A questão não pode ser reduzida à simplificação da guerra fiscal. O problema é que o modelo atual não funciona em sua base, que é o território. A questão dos estados e municípios é, apenas, um sintoma.

JC – *É, ele se dispôs a isso e enfrentou um grande desgaste. A correlação de forças é muito desigual.*

MS – É aí que entra a nossa parte, isto é, analisar de modo independente a realidade e oferecer publicamente a nossa opinião, ao sugerirmos uma outra maneira de pensar o país. Eu acho que o intelectual tem um papel que precisa ser exercitado. Voltando à fragmentação do território, acho que o que acontece com o território brasileiro é uma das evidências, digamos assim, da impossibilidade de continuação do processo globalitário, porque já estamos assistindo à institucionalização da desordem no país.

JC – *E isso compromete a própria idéia de uma nação unitária.*

MS – Aparentemente e do jeito que a coisa vai, parece que teremos que esperar que isso tenha resultados desastrosos para que a consciência da população seja despertada e arraste os partidos. Mas o que faz o governo? Não cuida dos verdadeiros problemas da população e diante dos conflitos sociais mobiliza um formidável aparelho de informação para dizer que a solução é mais polícia e não melhor política. A nação pode apodrecer, mas a discussão é a segurança pública, não é a civilização. Enquanto o debate não voltar a ser centrado no modelo de civilização – como no Brasil foi possível no pós-guerra –, a discussão será pobre, insuficiente e enganosa.

JC – *O senhor diferencia os conceitos de espaço, território e lugar? E em que medida isso seria uma crítica à utilização dos conceitos tradicionais da geografia?*

MS – Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não, o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores. O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual.

De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se outros fossem o território e o seu uso. Mas não estamos acostumados a esse raciocínio e pensamos a história como se fosse uma relação direta dos homens com a Terra, sem a intermediação das heranças sociais e materiais e do presente social. Creio que sem esse enfoque é impossível incluir de modo eficaz a geografia entre as ciências sociais. E sem isso, as ciências sociais ficam ameaçadas de ineficácia em sua ação política.

JC – *Na verdade, o senhor transforma a geografia em uma ciência totalmente humana.*

MS – É o meu desejo de que ela possa discutir validamente com as outras disciplinas humanas, na busca de

entender o mundo e os lugares e na procura de soluções para os problemas da maioria.

JC – *Ao falar do processo de globalização, o senhor parece estabelecer uma ruptura entre o atual período do capitalismo e os períodos anteriores. Quais seriam, então, os elementos de descontinuidade que legitimariam compreender a globalização como algo completamente diferente do que foi vivido até então?*

MS – A questão é importante, porque há gente que diz que a globalização começa com as grandes navegações, com a instalação permanente dos primeiros europeus em outros continentes. É uma idéia corrente, mas vale a pena distinguir o processo de internacionalização, que se amplia desde o fim do século XV, do processo atual de globalização, para evitar o que Marx nos pediu que evitássemos, que seria “o erro do século”. Marx considerava que o erro do século era tomar uma fase histórica por outra.

Esse anacronismo traz como resultado dificuldades na produção do método.

O que seria essa globalização – para fazer uma concessão aos outros – atual? Como sonho, a globalização é antiga, mas, como realidade, ela só começa a mostrar seus primeiros lineamentos depois da Segunda Guerra Mundial. No meu modo de ver, há uma confluência entre novas condições técnicas e novas condições políticas. As novas condições técnicas, que foram permitidas pelo progresso científico, vão trazer algumas novidades. Uma delas é que o planeta se torna conhecido. O rei espanhol

Felipe II chegou a dizer, em um determinado momento, “no meu Império o sol não se põe”, porque imaginava ter o mundo nas mãos, mas ele não sabia que mundo era esse. Hoje sabemos o que o mundo é, porque o progresso científico permitiu um formidável progresso técnico, incluindo as formas de detecção do mundo a partir dos satélites. É a primeira vez na história do homem que o mundo se torna realmente conhecido, o mundo no seu conjunto e no seu detalhe, em função desse formidável progresso técnico. Os progressos na informação – que é outro elemento fundamental do nosso tempo – permitiram que o acontecer do mundo fosse conhecido em toda parte, o que antes também não existia. O mundo tornado conhecido é, por si só, um momento revolucionário na história do mundo.

Sabemos certamente que dizer que “o acontecer mundial é conhecido” por todos é uma fábula; ele só seria realmente conhecido se as televisões, as rádios e os jornais nos entregassem a realidade como ela é, o que não acontece. A mídia não nos dá os fatos, apenas notícias, que não são os fatos. Mas em germe, há a promessa da possibilidade de saber o que é o acontecer dos outros. E tudo isso permitirá um dia uma ação globalizada no interesse coletivo, diferente do que se passa atualmente, quando a possibilidade efetiva de ação é seqüestrada por um pequeno número de empresas e de Estados. Em função dos progressos técnicos, é possível estabelecer também a mais-valia no nível global. A mais-valia se torna globalizada e passa a ser o novo grande motor de tudo. Esses, entre outros, são elementos que marcaram

a mudança de período histórico, a chegada de uma nova época.

Mas nesta nova época dita de globalização não há propriamente um mercado global, embora o vejamos assim nomeado nos jornais. A inteligência dita global fica com as instituições internacionais – Nações Unidas, Banco Mundial, FMI, igrejas globais –, mas que tampouco são completamente globais. O exercício do trabalho global é feito por firmas que chamamos de globais, mas que não o são realmente. Elas escolhem as frações do mundo em que desejam atuar e as fragmentam ainda mais. Isso pouco lhes importa. O que significa que os atores que movem o chamado mundo globalizado, de um lado, não são globais, e, de outro lado, são cegos. Cegos para o que está em torno deles, porque a ação das firmas multinacionais e internacionais é indiferente aos contextos em que se inserem, pouco se incomodando com o resultado da sua presença para o que está ao redor. Só pensam em si próprias.

JC – *E isso em virtude da própria lógica de acumulação de capital, que objetiva um lucro maior num tempo mais curto.*

MS – E a globalização potencializa isso. A forma de contar o tempo é milimetrada, muito mais sincopada e subdividida do que antes. Se comparamos o relógio com o computador, há uma diferença entre a métrica do relógio e a do tempo do computador. Agora cada segundo é utilizado como instrumento de medida, há uma aceleração da rotação do capital em escala global.

E há uma adequação forçada, pelos outros atores, aos objetivos privados da grande firma privada. Então, o discurso de “menos Estado” é o discurso de “mais firma”, de “mais empresa”. A retirada do Estado do processo de regulação da economia, dada como sendo um benefício para a sociedade, está, de fato, relacionada com a possibilidade de a empresa comandar a sociedade, porque é ela que acaba comandando a vida social, com o apoio das instituições internacionais e, em certos casos, como no Brasil, também com apoio do Estado. Enquanto este faz o discurso geral audível por todos, o mercado é que regula e faz política, por meio de terceiros setores, ONGs subordinadas, empresas pseudo-sociais curiosamente elogiadas pelo Estado e até por certas igrejas.

JC – *Então, é na dialética mercado–Estado que se situam as estratégias das multinacionais no processo de globalização?*

MS – E que redefinem tanto o mercado quanto o Estado. Às vezes, digo aos meus alunos que há países mais permissivos e países menos permissivos. O Brasil é um país permissivo. E agora parece ter aberto tudo, autorizado tudo, sem maior precaução. Não entra quem não quer. E entra como quer.

OS – *O drama é que este movimento do mercado e do Estado aniquila a política como prática do cidadão, como motivação para mudar o mundo. É uma macroestrutura das grandes empresas e do movimento do mercado. E quais seriam os fatores ou elementos de continuidade*

que o senhor encontra na globalização? O que continua na história do capitalismo?

MS – Acho que é a oposição capital-trabalho, embora ela se amplie e adquira novas definições. E é preciso ter cuidado ao redefini-la, porque a continuidade é nominal e não substantiva. Pois houve mudanças de qualidade que, atualmente, devem-se ao papel da ciência e sua “indiscutibilidade”, um dos ingredientes do processo ideológico atual.

JC – *A análise marxista vê o capitalismo, desde que o modo de produção capitalista se impôs a partir da revolução industrial inglesa, como uma sucessão de fases – a fase comercial, a fase imperialista. Já na análise que o senhor formula, a idéia parece ser a de que vivemos hoje uma ruptura histórica mais profunda e muito maior do que a presença dos elementos de continuidade na evolução dessa fase do capitalismo global em relação às fases anteriores.*

MS – Eu creio que essa ruptura vem do fato de que as bases históricas de cada período anterior tiveram uma determinada força de difusão. Nos períodos anteriores, essa difusão não era tão clara e possível como hoje. Não se podia difundir largamente a estrada de ferro, nem mesmo a estrada de rodagem, enquanto a informação se difunde muito mais rapidamente e o faz sobre todos os territórios, todos os continentes e culturas e todas as camadas sociais. E essa porosidade é indispensável para o exercício do processo econômico. Nesse sentido é que as técnicas são importantes, porque, antes de tudo, são

autorizações para fazer. Elas são “neutras”, na medida em que o resultado depende das intenções dos atores, aos quais as técnicas apenas oferecem possibilidades. Mas na medida em que são de uso exclusivo de atores hegemônicos, tornam-se tão hegemônicas quanto eles. Não há inocência no uso atual das técnicas dominantes.

É por isso que o imperialismo era diferente do globalitarismo atual. Há gente que insiste em que continuamos sob o imperialismo. Certamente estamos no seu apogeu, em seu estágio supremo, mas isso nada tem a ver com o imperialismo da virada do século, e mesmo com o dos anos 40, porque as condições materiais de realização da vida são, hoje, muito diferentes.

OS – *Na verdade, grande parte do mundo não era capitalista até os anos 40 e 50...*

MS – Ou podia deixar de ser... Eu me recordo de uma discussão que tive com [o geógrafo francês] Yves Lacoste. Ele me dizia que o Afeganistão ainda não era Terceiro Mundo. Veja, nem era Terceiro Mundo. Hoje, tudo está no domínio do capitalismo. Acho que o capitalismo está em toda parte, de uma forma ou de outra, de maneira mais ou menos fragmentada, mais forte ou mais fraco, o que importa é que ele está em toda parte. Diretamente ou indiretamente está em toda parte. E são os novos sistemas técnicos que viabilizam isso.

OS – *Gostaria que o senhor nos desse a sua opinião sobre o papel do dinheiro. Até há pouco tempo discutíamos se a África ou a América Latina eram ou não capitalistas.*

Mas, ao que parece, essa discussão acabou. Bem, mas como é que fica a situação desses continentes que não podem ser incluídos no mundo capitalista? Porque sem dinheiro não tem capitalismo...

MS – O dinheiro comparece na minha análise, junto com a informação, como um grande tirano ideológico. Porque afinal ele se torna, de fato, o equivalente universal. Antes era universal em potência, era universal em relação às coisas que se vendiam. Hoje, a produção do valor antecede ao uso, o que é outra característica da globalização. O uso deixou de ser o que induz ao valor. Então, o papel do dinheiro também mudou de natureza e hoje ele é um ingrediente da produção *tout court* e dessa produção ideológica do mundo, e tem um papel formidável, extraordinário, no processo globalitário. O dinheiro é o déspota mais tirânico.

OS – *Seria bom se nossas pesquisas estudassem a capilaridade do dinheiro nesse mundo dos tempos lentos?*

MS – Creio que a capilaridade e sua composição, porque ele não é igual. O dinheiro de uma pequena cidade da Amazônia não é o dinheiro paulistano. Aqui nós temos quantos derivativos? São Paulo tem dezenas de tipos de dinheiro, e em muitos lugares só há, mesmo, o dinheiro-dinheiro, quer dizer, aquele dinheiro que é dinheiro moeda. Impõe-se esse tipo de análise sobre a distinção geográfica do dinheiro, para conhecer melhor, por exemplo, como as diversas modalidades de dinheiro entram no tecido de cada grupo social, dentro da sociedade territorializada. Isso tem que ser feito e será feito quando o homem passar a

ser central na preocupação dos políticos e da política e não apenas o dinheiro...

JC – *Voltemos à ideologia e aos elementos que impedem o desvendamento desse processo pela maioria da população. O que normalmente se enfatiza é que a operação da lei do valor, como grande organizadora das relações sociais, cria uma sociabilidade especificamente capitalista, em grande medida constituída a partir do fetichismo da mercadoria, que permeia o conjunto das relações humanas, mesmo as relações que não são, em tese, mercantis. As relações pessoais aparecem como relação entre coisas. Na análise que o senhor faz, entram a técnica e a informação como novos componentes tão importantes quanto o fetichismo da mercadoria para a compreensão do processo de dominação ideológica. Em que medida, então, se dá a reestruturação das condições ideológicas de vivência do seres humanos, a partir do mundo organizado pela técnica, pela ciência e pela informação?*

MS – A minha impressão é que o mundo de hoje produziu algo extraordinário, esses objetos que já nascem carregados de ideologia. Outra coisa a assinalar é que as próprias situações são ideologia, quer dizer, dão-se como ideologia. O nosso meio ambiente nos é entregue como ideologia: “o bairro perigoso”, a “favela assassina”, o “bairro residencial”. O discurso da chamada realidade já é ideológico. Como ir além daquela discussão que associava, em pontas opostas, a verdade e o erro? Um dos dados essenciais de nossa época é que

o ideológico tornou-se “verdadeiro”, porque está nas coisas. Ele próprio tornou-se coisa. E coisas nascem com significados outorgados. Hoje, há uma multiplicação de coisas fabricadas e que já nascem com uma marca, a marca de quem as fabrica. O mundo que desse modo criamos, e dentro do qual estamos envolvidos, assim como as situações que nos definem, são ideológicos. Daí esse peso formidável da ideologia no nosso cotidiano, na nossa forma de ser, de rever, de revisitar as coisas. A nossa dificuldade de romper com a ideologia, hoje, é essa, porque antes havia formas de diferenciar entre o que era verdade e o que era ideológico. Hoje já não se pode mais dizer isso assim simplesmente...

JC – *Não há uma atitude política em propor uma crítica ideológica da sociedade? Isso é inviável?*

MS – Acho que é fundamental. A crítica deve ser ideológica e temos que assumir isso. É o papel do intelectual. Aí é que volto a dizer que o intelectual vai ajudar a resolver o enigma da significação e assim ajudar, explicitamente, a que uma nova política seja proposta. E aí voltamos à idéia de sistema. Nos anos 60, era considerado quase um crime falar em sistema porque isso remetia à ciência positivista, sobretudo em geografia. Esquecemos que a proposta de Marx era a tentativa de construção de um sistema. Eu acho que é central retomar a *démarche* sistêmica no trabalho intelectual, porque é por aí que vamos, entre aspas ou sem aspas, desmistificar, desideologizar. E ao propormos um sistema, seus termos permitem saber qual é a nossa ideologia, dar as cores antes, deixar que

os demais nos discutam sem as ambigüidades nossas e as deles, autorizar, assim, um debate limpo e fecundo.

TÉCNICA, TEORIA, UTOPIA

JC – *O senhor disse que a globalização, por meio do sistema técnico, redefina o que é o trabalho e o que é o capital.*

MC – *Seria importante que o senhor também definisse o sistema técnico.*

MS – O que me preocupa não é a técnica em si, mas o fenômeno técnico. Aí vamos entrar por outra porta na discussão sobre o território. Creio que o trabalho, hoje, é condicionado pela técnica e graduado, avaliado, em função do que se admite ser a graduação da técnica, mas na verdade o é pelas relações sociais. Na medida em que a técnica é uma autorização para fazer, e o trabalho é um fazer, ele passa a ser autorizado pela técnica. Por conseguinte, é a técnica, isto é, o conjunto de instrumentos objetivos à minha disposição, o que indica qual trabalho posso fornecer. E a minha graduação, minha avaliação, na vida social está relacionada com a disponibilidade desses instrumentos, que mudam ao longo do tempo. Quer isso dizer que a cada época se instala uma nova graduação, que é ideológica, determinando o que vale e o que não vale. Gosto de lembrar que no trabalho há uma parcela técnica e uma parcela política. A parcela técnica oferece a possibilidade nua de fazer e a parcela política atribui valor a esse fazer. Esse é um

dado da contradição, em que vamos trabalhar e viver, ou seja, com a parcela técnica não há muito o que tergiversar, pois os seus instrumentos são objetivos, mas a parcela política depende de fatores que não comando e que desafiam meu entendimento lógico, pondo em sobressalto meus sentidos. Por que valho só isso? A resposta a essa pergunta pode contribuir à formação de minha consciência. Outra coisa é a possibilidade efetiva de ação política, mas o importante é que haja primeiro a produção da consciência: “por que o meu trabalho é considerado ou não”, “por que meu trabalho é definido em Tóquio”, são perguntas que faço aqui mesmo a quem me paga e a quem autoriza que eu seja pago injustamente: o patrão e o Estado.

OS – *A técnica forma um sistema material e tem a consciência como um valor. Então, o susto é maior porque produz uma subjetividade circunscrita que a acompanha...*

MS – ... E condicionada também pela objetividade da técnica, que é normativa. Meu trabalho é normatizado pela técnica, mas o é apenas em termos de *performance* e do *out-put* estatístico. Não há objetividade quando a questão é o valor. Aqui, o problema é político. Nosso problema é entender o uso da técnica, para aprimorarmos a consciência de nossa situação e melhorarmos a nossa condição cidadã.

OS – *E no plano da política se reestruturam grupos sociais, as posições históricas, em função da técnica, não?*

MS – E das suas interpretações. Acho que é nesse sentido que o papel do intelectual vai se agigantar. É a crítica que agora se espera de nós. Quando o mundo se torna tão dependente do arcabouço técnico, todo movimento conduz a que tudo seja política, porque a técnica atual apenas funciona a partir de normas, isto é, das determinações inscritas para o seu uso. E essa normatização da vida conduzida pela técnica vem cada vez menos do setor público, porque são as próprias empresas que a estabelecem. É uma nova fonte de obediência e, inversamente, uma semente dialética e de contradição e enriquecimento da vida política. E como o território reúne os condicionamentos indispensáveis à produção e ao trabalho, mais tarde vamos ver que o território acaba sendo o grande instrumento de renovação do marxismo...

MC – *As normas a que o senhor se refere me parecem ser aquelas que servem para viabilizar a possibilidade de uma determinada técnica, a técnica hegemônica, a fim de fazer também com que as ações hegemônicas se constituam. Agora, quando o senhor fala da questão política, não estaria remetendo ao fato de que estas normas, ditadas em outros lugares, têm necessariamente que entrar em contato com as normas e técnicas do território? Não seria a questão do fenômeno técnico? Porque a técnica hegemônica é a mediação para o processo de globalização, para que possa de fato ser efetiva, tem que se constituir no interior do fenômeno técnico.*

MS – Seu questionamento é precioso. De fato, as técnicas que chegam são obrigadas a se ombrear com as

já existentes e a viver junto com elas no conflito e na cooperação. O território é a base e a condição para a simbiose, produto de uma luta criadora de uma desordem, momentânea ou duradoura, da qual se beneficiam, apenas, os portadores das técnicas hegemônicas. O que faltou, aliás, para caracterizar o período que estamos vivendo, é falar na questão da desordem. Acho que a desordem atual é algo criado para durar todo o tempo que dure o período. As épocas se definem por uma ordem própria a cada qual. Um período histórico é uma ordem temporal. Mas, o período atual ao mesmo tempo é uma ordem e uma desordem. A desordem lhe é inerente. Por isso sempre que saímos de uma crise é para entrarmos em outra. Os elementos que formam o período são ao mesmo tempo produtores de uma ordem, que é benéfica a um certo número de atores e durante um certo tempo, e de uma desordem, que é peculiar a todos os outros setores o tempo todo. As normas participam do processo de produção dessa ordem privada que amplia o poder de alguns atores e dessa desordem que estorva o desempenho dos demais. A produção de normas é incessante, porque a mais-valia é devorante, está sempre querendo mais, exigindo mais. Daí mais um paradoxo característico do mundo atual. A mais-valia se torna universal. Produto ideológico, ela é bem concreta e ao preço de sua abstração ela não é contabilizável. Mas não podemos dizer que é impalpável, porque é implacável. Ela está sempre fugindo, mas para a frente. Isto faz com que no domínio da norma nada seja permanente, porque as empresas mudam os regulamentos

para se adaptarem ao ambiente movediço. As normas que são boas para um dado momento, deixam de sê-lo no momento seguinte.

O desamparo sentido pela sociedade, como no caso do Brasil, é, em parte, resultado deste processo, porque só quem tem o poder de ditar normas rápidas e imediatas é o Banco Central, não é o Congresso. É só o Banco Central que, do dia para a noite, muda a lei. Não são as câmaras de vereadores, nem as assembleias legislativas, nem a Câmara dos Deputados. Isso é importante para entender porque as crises políticas são mais graves nos países permissivos, como o Brasil, que decidiram aceitar a globalização sem discuti-la, a não ser em alguns aspectos pontuais. O velho marxismo nos ensinava que quando se altera um ponto para melhorar apenas esse ponto, piora-se a estrutura, o conjunto. Quanto mais o país é aberto, mais desordem é criada. E mais necessita de regulação, isto é, de Estado.

Essa é a nossa grande esperança em relação ao Brasil, só que o terrorismo atual nos leva a ter medo de dizer que quanto pior melhor. Essa é uma frase ideologicamente condenada, mas cientificamente correta, se a ótica é a da construção de uma história melhor.

OS – *Preocupa-me a idéia de que alguém possa ou não aceitar a globalização. Existe algum poder de rejeição, algum mecanismo?*

MS – Acho que há duas formas de enfocar a questão. Uma é ver como alguns países se recusam em aceitá-la na sua totalidade. Talvez o melhor exemplo sejam os

Estados Unidos, que não aceitam a globalização na sua inteireza, embora a determinem como totalidade para os outros. A Europa também não a aceita inteiramente. É como no ditado célebre: façam o que digo, não o que faço. Por outro lado, a China, a Índia não a aceitam porque sabem que não devem. E há outros que nem sequer podem aceitá-la, não têm como aceitar. É que para nós, “brancos”, esses países não se incluem em nossa reflexão.

MC – *Por falar em reflexão, o senhor considera que o processo de globalização deveria promover uma alteração nas epistemologias das diferentes disciplinas, como o que o senhor se propõe a fazer para a geografia em seu livro A natureza do espaço?*

MS – A teoria é uma produção social datada, o que significa que as grandes mudanças históricas ferem mortalmente os conceitos vigentes. Por conseguinte, quando uma época se afirma como um período, acaba exigindo uma reforma não só de conceitos, mas no modo de produção dos conceitos. Como a história também é agregação de novos materiais e, por conseguinte, de novas relações e novas idéias, o próprio transcurso histórico cria novos saberes. É assim que, no fim do século passado surgiram, a geografia, a psicologia, depois a semântica, a lingüística, a semiótica, enfim... Não só aparecem novos conceitos em cada disciplina, mas uma nova arrumação do conjunto das disciplinas, bem como do conteúdo das disciplinas existentes. A minha impressão é que, em cada uma dessas revoluções, a geografia perde um pedaço, o que talvez

contribua para a sua depuração. A globalização é um dos processos que impulsionam essa depuração.

Por outro lado, impõe-se uma nova situação histórica, a que ando chamando de produção da universalidade empírica, e que é um dado do período atual. A idéia de universalidade era aceita, consagrada, e defendida pelos filósofos, mas não tinha correspondente no mundo material. Hoje, com a técnica presente em toda parte e com o conhecimento do que o mundo é, dispomos da universalidade empírica. O mundo das coisas, das ações e das relações é perceptível, ao menos tendencialmente, em todos os lugares. O processo de construção da teoria pode fundar-se, então, muito mais no empírico, no realmente existente. As disciplinas históricas passam a ter maiores chances de teorizar. Dentro desse raciocínio, considero que só hoje a geografia pode afinal ser teórica, ainda que tenha havido esforços anteriores de nossos colegas, como Vidal de la Blache, por exemplo. Mas o mundo não era todo conhecido e suas bases não eram telúricas, não eram universais, não havia a universalidade empírica que, hoje, permite uma teorização com base empírica, um exercício filosófico do materialismo histórico a partir do que seria uma filosofia datada, não uma filosofia válida para o todo o sempre, mas uma filosofia que leva em conta um mundo que pode ser datado, uma filosofia menor dos cientistas sociais.

MC – *O senhor acredita que esse mesmo movimento está sendo realizado nas demais disciplinas históricas?*

MS – É difícil dizer, porque eu não tenho como acom-

panhar o movimento das demais disciplinas. O que possuo são impressões, não propriamente opiniões. Uma das impressões que tenho é que a sociologia poderia fazer avanços maiores, poderia ter acelerado seu processo de atualização. Fala-se em sociedade global, mas como isso se materializa? Parece que algumas disciplinas são mais sensíveis à fragmentação e outras não. O mercado comanda, de certa forma, a produção do saber; a premência da técnica induz a esse comando do mercado sobre a produção do saber. E quando isso ocorre, conduz a uma fragmentação das disciplinas para que possam responder à demanda do mercado – e o mercado não é “uno”, embora seja “global” –, que é representado pelos interesses de empresas que têm necessidades próprias aos produtores do saber. As disciplinas se fragmentam e são poucas as que se arriscam a uma reformulação a partir do todo, do conjunto. Disciplinas como a geografia, pela sua própria natureza, são conduzidas a sempre buscar o entendimento do “planeta”, que sempre foi um “todo”. O próprio objeto da disciplina vai contra as tendências da fragmentação, o que não impede, no entanto, que possa haver tendências dominantes hoje, como é o caso do meio ambiente e do turismo, determinadas pelo mercado. Por outro lado, há a velha tradição da disciplina que se impõe, demandando algo de unitário. E como o planeta é a nossa matéria, é mais fácil manter-se fiel a essa vocação de unidade, apesar da diversidade, da criação de novos ramos, de novas subdivisões, enquanto para outras disciplinas pode haver mais dificuldade.

JC – *Professor, parece-me que toda a teoria aspira à universalidade, sem o que é descrição. No entanto, o senhor disse que, na medida em que o processo atual de globalização unifica o mundo e constitui o mundo como uma totalidade integrada, somente a partir daí é possível uma compreensão teórica do mundo. Só que essa compreensão teórica, além da ambição de fornecer uma visão unitária, não exigiria também a dimensão da crítica? Porque a universalização mercantil também pode encontrar sua descrição em algo que se apresenta como teoria universal, como a economia liberal e, no entanto, é uma apologia da acumulação do capital. Será que o entendimento que Marx tinha do capitalismo no século XIX, mesmo não existindo a integração do mundo como se apresenta hoje, não seria também ele teórico?*

MS – São duas questões. Porque Marx interpretou um tempo... Teria que haver outros a interpretar o nosso tempo...

JC – *Sem dúvida, também concordo que cada época exige os seus marcos conceituais, mas ao mesmo tempo isso sempre se dá dentro de determinadas tradições teóricas. São introduzidos novos conhecimentos, mas há elementos de continuidade...*

MS – Eu prefiro pensar que não existem. É só esquecendo que se produz intelectualmente. Do contrário pode ocorrer a anacronização do presente, como em muitos marxistas atuais, inclusive na geografia. E depois existe a idéia de sistema. Há que se refazer o sistema a cada vez. Evidente que o que fizeram os nossos avós – avós intelectualmente falando – foi importante porque estabelece

um fio condutor. O pensamento do homem de ciência é histórico... Há um histórico do pensamento econômico, geográfico, filosófico... e isto é sempre útil. Isto daria a história das teorias, mas não propriamente a teoria. Esta, para ser válida, tem que ser datada, principalmente se se quer que ela tenha eficácia política... que é o que a gente quer, não é? Então, tem que ser datada, senão não é politicamente utilizável. Marx me ensinou muito, mas hoje está lá em cima da minha estante, onde eu não posso alcançá-lo. Exceto se tivesse que fazer uma nova tese, para citar, e citar à moda acadêmica saxônica, agora anglo-saxônica... Mas como me deu o que tinha que dar, agora, eu tenho que beber na história do presente. Bom, é claro que eu estou exagerando quando digo que me deu tudo, porque é sempre útil reler, mas não vão ser os achados dele que vão esclarecer sobre o que ainda não existia, isto é, o presente... Agora, o método de que se utilizou, esse me será sempre útil. Só que eu é que tenho que reencontrar os materiais, que não são os mesmos de Marx, mas os que me permitem produzir idéias do que existe no chamado mundo real. E assim voltamos ou chegamos à história, base imortal do método de Marx. E a história atual é muito mais sistemicamente palpável de que as anteriores, o que é uma chance para todos nós.

MC— O senhor não considera que hoje as disciplinas estão um pouco despreocupadas de analisar o presente? E isto não seria pelo fato de o enfoque a partir do presente estar muito vinculado à tradição positivista?

MS – Há várias coisas aí. Uma delas é a nossa forte herança europeia. Os europeus falam muito de futuro. Mas o futuro raramente aparece nas suas construções intelectuais, embora esteja presente no discurso. E eles nos ensinaram que o presente é produto do passado e o futuro também. Só que o presente é, ao contrário, uma escolha de futuros possíveis a se realizar num ponto de nossa trajetória. É isso o que conta para balizar a trajetória inovadora e não propriamente o passado, nem o presente. Então, se esse raciocínio é aceitável, a produção intelectual vai dar valor às variáveis dinâmicas que dão conta desse caminho para o futuro. E a partir daí você constrói, exatamente, a análise do presente. Em geografia isso é um grave problema, porque, com frequência, imaginamos estar representando o presente, mas não estamos porque trabalhamos com categorias que são passadas. E creio que isso ocorre em todas as disciplinas...

OS – *Esse é o problema da mudança de época...*

MS – Tal como dizia Marx, o erro do século é o risco do anacronismo. Na geografia isso é muito marcante porque há confusão entre as formas e as formações. De um modo geral, a geografia foi comandada pela geografia europeia, que confere um enorme peso à paisagem. Mas a paisagem não é o espaço. É uma cristalização, num momento dado, que vai sendo depois utilizada de outras maneiras. Então, quando apenas prestamos atenção às formas, o esforço descritivo pode estar muito longe da realidade que se deveria descrever, porque pode se pren-

der aos objetos, às coisas, às paisagens, às aparências. A geografia acaba descobrindo o movimento quando ela enche todas as coisas de um conteúdo. É a noção de forma-conteúdo, de que me utilizo. A forma permanece aparentemente a mesma e o conteúdo muda. A partir daí tem-se a idéia da dinâmica, introduzida pelo mundo social. E, nestes termos, a paisagem passa a ser vista como espaço. É a razão pela qual, para mim, a herança dita marxista da dialética sociedade-natureza não tem sentido, porque não há uma dialética entre o social e a natureza natural. A dialética é, pois, com a natureza socializada. A dialética é com o espaço e não com a natureza. Há várias heranças do marxismo que, eu creio, não são utilizáveis numa análise da realidade hoje...

JC – *O senhor considera que um discurso que se pretende teoria, mas que é simplesmente apologia do que existe hoje, pode ser teoria? O senhor considera possível a crítica quando a teoria não se constitui a partir de algo que não seja o presente?*

MS – Acho que toda teoria é crítica, porque não é fixa, não é imóvel, não é eterna. E o que faz uma teoria? Sua tarefa essencial é colocar questões à realidade. Os conceitos são questões postas à realidade. Quando quero conhecer a realidade, eu apresento questões que são historicamente datadas, e é esse processo de análise que também constitui a crítica do presente e das respectivas idéias, no meu modo de ver. Estamos sempre propondo questões. Outros propõem outras questões, a partir do que cada um leu, escreveu, imaginou. Cada um de nós

também abandona as questões que havia proposto e propõe novas, fazendo a sua autocrítica, que é a base da continuidade de um trabalho fecundo do intelectual. Acho que a crítica é a apropriação, na idéia, da história que na realidade está sendo feita e da que pode ser feita opondo-se a um entendimento ahistórico, porque já passado ou abstrato, de uma realidade que se renova.

JC – *Mas me refiro, especificamente, ao discurso da globalização que, embora se apresente como teoria, a meu ver não passa de uma apologia do que está dado, do momento presente...*

MS – Mas nesse caso não é teórico, é ideológico... Sendo teórico, é o fundamento do entendimento do que existe e do que não existe. Toda teoria é, pois, embrião de uma utopia. Quando se exclui a utopia, nós nos empobrecemos imediatamente. O próprio ofício de teorizar pressupõe uma utopia. As épocas que subestimam a utopia são épocas de empobrecimento intelectual, ético e estético. O processo de teorização é largamente especulativo e bebe profundamente no aleatório. E é preciso jogar-se para a frente, o que pode parecer suicida. Mas, do contrário, ficamos paralisados pelo pragmatismo...

JC – *Acho que aí está a resposta: o pragmatismo versus uma teoria que foi formulada a partir de um horizonte utópico...*

OS – *Queria apresentar uma questão partindo da compreensão a que chegamos em relação à utopia e à teoria.*

Todo pensamento teórico, se não tem uma utopia, reduz-se ao pragmatismo ou constitui-se como ideológico. Mas, por outro lado, temos o grande problema que é enfrentar o nosso próprio pensamento como ideologia. Não seria necessário opor teoria e doutrina?

MS – A doutrina nasce para ficar, a teoria nasce para morrer. O autor de uma teoria sabe que o que está produzindo tem data, tem um prazo para viver e morrer, ou, do contrário, pretende tornar-se doutrinário. É a consciência da mortalidade, da falibilidade da teoria que a opõe à doutrina.

OS – *A doutrina é moral?*

MS – Pretende ser moral, nem sempre o é, pois a moral é a base para a política. A doutrina não pode aspirar à eficácia política da moral, pois se impõe mesmo quando já não tem força em si, isto é, quando já não possui força de expressão. A doutrina é imposta, por isso permanece. As teorias morrem, porque são informadas pelo movimento histórico, mas enquanto vivem são válidas, eficazes, porque verdadeiras.

METADISCIPLINA, CIDADE E CAMPO

MC – *O senhor estabelece uma distinção entre as disciplinas e o que o senhor chama de metadisciplina...*

MS – A idéia da metadisciplina é a seguinte: existem várias disciplinas, a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia. Cada disciplina possui um módulo que a identifica e a distingue das demais. O que faz com que uma disciplina se relacione com as demais é

o mundo, o mesmo mundo que, no seu movimento, faz com que a minha disciplina se transforme... Todas as disciplinas têm sua relação com o mundo. Quando no processo de informá-la, colocamos o mundo dentro de uma disciplina, e dele fazemos a inspiração mãe, temos a metadisciplina. Por isso, o mundo é que permite que se estabeleça um discurso inteligível, um canal de comunicação entre as disciplinas. A interdisciplinaridade não é algo que diga respeito às disciplinas, mas à metadisciplina. Uma geografia, uma sociologia, uma economia, uma antropologia que não tenham o mundo como inspiração na produção própria de conceitos, não se prestam a nenhum trabalho interdisciplinar. Este não é o resultado de trabalhar juntos, mas da possibilidade de um discurso intercambiável, com a fertilização mútua dos conceitos que, apesar dos jargões respectivos, não serão impenetráveis. A globalização vai facilitar essa tarefa. Dir-se-ia mesmo que só na globalização as inter-relações entre disciplinas cabalmente possíveis e a interdisciplinaridade se afirmam plenamente. A metadisciplina é, também, um resultado da globalização. Já existia antes, mas hoje se dá muito mais claramente. Eu chamaria de metadisciplina a vontade de filosofar nas disciplinas particulares. Era o que o Althusser chamava de filosofia espontânea dos sábios e que eu chamo de epistemologia, embora os epistemólogos de carteira talvez não gostem dessa denominação. A metadisciplina é a filosofia particular a cada disciplina que lhe permite conversar com as outras. No passado, a geografia tinha uma interlocução muito maior com as outras disciplinas

do que tem hoje. O mundo era mais simples. O Brasil, por exemplo, era muito mais simples, quer dizer, os materiais com que se trabalhava para defini-lo eram muito menos numerosos e a visibilidade do mundo era menor. Nós, os geógrafos, éramos, então, os proprietários da descrição dos lugares, tarefa que hoje está entregue à mídia, sobretudo à televisão. O mundo entra em nossa casa com os jornais, as rádios, a telinha.

A geografia perdeu o monopólio da descrição. Ela tem, então, que fazer outra coisa para poder conversar com os cientistas sociais. Eu creio que isso é válido também para as outras disciplinas. A geografia é certamente uma disciplina muito interessante, talvez a mais interessante, porque nós somos curiosos sobre os outros, embora não sejamos contemplados com a atitude recíproca. Não importa, porque somos nós que lucramos com isso, porque os geógrafos lêem os sociólogos, lêem os economistas, lêem os antropólogos, lêem os etnólogos, lêem os filósofos... Mas não somos objeto da curiosidade deles. Não sei até que ponto isso é devido ao fato de havermos sido deserdados da possibilidade de descrever o mundo e só agora estarmos de novo despertando para a possibilidade de interpretá-lo a partir de sua nova realidade, atual.

Vencida essa etapa, a geografia se coloca em posição privilegiada, inclusive pela maneira como se organizam as ciências hoje. Os geógrafos no Brasil lêem os americanos, os ingleses, os franceses, os espanhóis, os africanos, os portugueses. E não achamos graça, não sorrimos diante do que dizem, levamos todos eles a sério, mesmo quando a

mastigação é difícil, como é o caso da geografia americana, fechada em seus próprios temas. Os franceses também o foram, mas tinham uma contribuição das colônias e, hoje, se abrem como os americanos. Mas a geografia brasileira sempre foi aberta, assim como a inteligência brasileira sempre foi muito permeável. Talvez demasiadamente.

JC – *E sobre o papel da geografia hoje? A impressão que tenho é que o ramo do conhecimento que primeiro e que mais fortemente se apropriou da realidade tão impositiva da globalização foi a geografia. E se tomarmos textos de outras disciplinas, por exemplo, os textos de Zygmunt Bauman, de Anthony Giddens, de Félix Guattari, é possível perceber a apropriação de temas que são tradicionais na geografia, como a questão da territorialização e da desterritorialização. Parece que o espaço se tornou central no pensamento social.*

MS – Eu creio que isto se dá porque o território mostra todos os movimentos da sociedade. Talvez, por isso, o geógrafo tenha podido perceber primeiro a crise do planeta... Porque nós não temos escolha, somos obrigados a enfrentar todos os movimentos que se dão no território e tentar, bem ou mal, interpretá-los, descrevê-los. Talvez, por isso, a geografia esteja fazendo esses avanços.

OS – *Professor, a premissa do raciocínio do geógrafo é que o mundo se realiza num lugar...*

MS – O mundo não existe em si, o mundo existe para os outros. É o lugar que dá conta do mundo. Há nele uma empiricização do mundo, o que também é uma vanta-

gem para o especialista que trabalha com isso, no caso o geógrafo. Porque ele está diante de uma empiricização de possibilidades latentes, que é preciso conhecer para reformular o conhecimento.

MC – *A distinção que o senhor faz entre espaço banal e espaço das redes – e que se desdobra em outras distinções como as estabelecidas entre verticalidades e horizontalidades, homogeneidade e diversidade – não seria importante para ajudar a compreender a dinâmica da globalização?*

MS – A idéia de espaço banal não é originalmente minha, é de François Perroux. Ele distinguia o espaço dos geógrafos do espaço da economia. Para ele, a economia produzia um espaço a partir das escolhas que as empresas fazem de pontos do território necessários à sua manutenção. Recentemente, Manuel Castells se apropriou dessa idéia, que é uma idéia dos anos 50. Mas Perroux também se interessava pela área geográfica. E ele dizia que o espaço dos geógrafos era o espaço banal, onde tudo estava contemplado, não apenas os fluxos econômicos. Banal no sentido de que é neste espaço que se realiza a vida coletiva, onde os que mandam e os que não mandam, os ricos e os pobres, os poderosos e os não poderosos estão presentes. É isso que eu hoje defino como horizontalidade. Agora, a idéia da verticalidade vem desses vetores que se instalam nos lugares e que pouco se importam com o que está em seu entorno. É o que corresponde, sobretudo, às ações das empresas globais. A horizontalidade é o resultado da vizinhança, da coabitação, da coexistência do diverso, que é objeto do trabalho do geógrafo. Só que

as verticalidades perturbam as horizontalidades – embora as horizontalidades também perturbem as verticalidades – porque as primeiras visam a eficácia e agem com este sentido sobre as segundas. Por exemplo, a construção de uma grande avenida em uma cidade... criam-se vias de circulação rápida, que são, digamos, adaptações da horizontalidade a uma cidade em movimento... Esse jogo explica a realização do global e do local, um jogo entre o local, que busca um sentido, e o global, que busca um resultado. Acho que esta é uma porta de entrada para a discussão sobre a globalização. E igualmente a possibilidade de uma visualização de um futuro possível. É, talvez, dessa dialética que as populações retirem o entendimento de sua verdadeira situação e cobrem fôlego para ampliar o seu grau de consciência. Os chamados movimentos sociais poderiam inspirar-se nessa dinâmica.

JC – *A geografia, então, acaba assim incorporando a compreensão do sentido?*

MS – Acaba fazendo isso. Quando ela examina, digamos, uma sociedade dando-se localmente, também examina o sentido que as pessoas buscam dar à sua existência e o choque que há entre a realização da existência sob o mando de vetores dinâmicos e a vontade subjacente de ser outra coisa, presente na maioria das pessoas. Acho que é um pouco essa a contribuição que a geografia pode dar também à produção da política.

MC – *Poder-se-ia, então, dizer que é na dinâmica entre o global e o local que se vislumbra o possível?*

MS – Eu penso que sim. O local é a realização possível num dado momento. Mas, quando encaro o global, vejo outras perspectivas e almejo alcançá-las. Quando as vejo presentes em outros lugares me pergunto: por que não aqui?

MC – *Mas para o discurso da globalização há possibilidade de que ela se instale sem que lhe sejam impostos quaisquer obstáculos. No entanto, quando se introduz a noção de território e a dinâmica entre o global e o local que nele tem lugar, torna-se viável vislumbrar um possível que deixa de ser construído pela idéia, mas emerge da própria dinâmica...*

MS – O espaço banal, a horizontalidade, é sempre um limite à globalização. E é por isso que o campo permite uma subordinação maior ao capital do que a cidade que, ao contrário, se opõe à difusão mais rápida e fácil do processo globalitário. O que é curioso é que a intervenção nesses espaços urbanos e metropolitanos é muito mais fácil, mas os estados só querem intervir no outro espaço – o da verticalidade –, porque ele responde ao interesse do capital e seu mando pode se impor no campo com menos resistências. A empresa científica estabelece cadências extremamente inflexíveis ao trabalho agrícola. No campo moderno, hoje, ou você obedece ou não pode continuar. Na cidade, a resistência é possível. O que às vezes falta é um pequeno empurrão...

JC – *O senhor fala de agricultura científica globalizada. O que seria isso?*

MS – Na agricultura, e em função do mercado global, a

prática é científica. E porque é científica há uma determinação de datas, formas de fazer, uma produção inteiramente programada. E na cidade não. Acho que na cidade há surpresas... E a surpresa é a mãe da novidade.

OS – *Há migalhas também, não é, professor? Há muito mais migalhas na cidade do que no campo?*

MS – Exato. Mas há as cidades que vivem em função do campo e que, para mim, têm um novo papel na interpretação da história. Não são as antigas aldeias, porque nessas cidades os ritmos são técnicos, ligados a uma dada produção. E aí voltamos àquela história da parcela técnica e da parcela política da produção. A cidade do campo preside à parcela técnica, porque tem os agrônomos, a venda das sementes etc. Mas ao mesmo tempo é solicitada a produzir a relação do chamado campo com o mundo, já que o mercado é global. E aí está sua parcela política, que a cidade média tampouco pode exercer, nem completamente nem de forma autônoma. No caso do Brasil, quem decide é o Banco Central, quem decide é Brasília, e um pouco São Paulo. Isso acaba gerando no agricultor um sentimento de impotência. O sujeito reclama, mas faz. Ele descobre que é impotente, mas faz, ou então desaparece. É na cidade que as sementes políticas germinam, porque é nela que se dá o encontro entre a parcela técnica e a parcela política da produção, entre a tendência a homogeneização rural e a emergência de novas heterogeneidades urbanas, entre horizontalidade e verticalidade. Só que ainda falta um trabalho de formação mais do que de convencimento. Nesse caso

faz falta a formação de agentes políticos. Mesmo que o povo tenha uma sensibilidade maior que a nossa, o mundo se tornou muito complicado, precisando de uma explicação mais sistêmica.

MC – *Se o senhor localiza na cidade a alternativa ao processo de globalização, como o senhor avalia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? O MST é um movimento rural ou urbano?*

OS – *Pela definição do senhor, é urbano, não é?*

MS – Talvez ele não o seja na Amazônia, mas aqui... Porque o que acontece é o seguinte: quem é rural em São Paulo? São 3%, 4% na maior parte do território...

A reforma agrária não pode ser tratada de maneira isolada. Ela tem que ser inscrita dentro de um projeto nacional. Somente assim distinguiremos os partidos entre eles. Tratar a questão como se o resto do país não existisse pode se mostrar, em prazo médio, uma grande fábrica de frustrações. É só nesse sentido que os movimentos respectivos devem ser enquadrados pelos partidos. Mas eles podem também, pelas mesmas razões, forçar os partidos a serem mais políticos e menos eleitorais, obrigando-os a apresentar plataformas realistas e coerentes, em que as reformas constituam um todo sistêmico e operacionalmente sustentável. A reforma agrária não pode ser um capítulo independente de uma certa visão de país.

JC – *As lideranças do movimento têm clareza de que é preciso evitar que seus filhos venham parar nas periferias*

das grandes cidades. Isso me parece ser uma mudança muito grande na forma de pensar o campo e a cidade. Como o senhor pensa a divisão campo/cidade?

MS – Primeiro, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente. Basta olhar como se está dando a urbanização no Mato Grosso: é toda concentrada e não tem muita gente no campo. O fundamental são as pessoas, e suas necessidades e direitos e não onde elas estão. Evidente que, se sou um estadista, penso no território brasileiro, que não pode ficar vazio, mas isso é estratégia de ocupação de território. Mas do ponto de vista das pessoas, é perverso condenar um menino a uma educação pior, a um atendimento médico menos cuidadoso e a uma informação limitada e, conseqüentemente, uma politização limitada. Porque informação é política, não é?

O Movimento dos Sem Terra é a coisa mais importante que existe no Brasil, como manifestação de desacordo com o processo social atual. Ele é fundamental, mas os que dele participam deveriam ser solicitados a lembrar que uma solução simplista não pode durar muito tempo... Não pode durar, primeiro, porque a contaminação do capitalismo no campo vai reduzir a possibilidade de permanência. E, segundo, porque não é a produção que comanda, mas a circulação. Por conseguinte, não adianta pedir às pessoas que produzam, se não se puderem também organizar a circulação. E a redistribuição se dá pela via da circulação, já está se dando. Isso precisa

ser dito para ajudar os movimentos sociais a atravessar a fase atual e a não receber com euforia soluções que eram válidas no passado, mas que hoje não são mais duradouras.

Na questão da reforma agrária, há outras coisas implicadas. O Brasil é um país que ainda tem muitos anal-fabetos e, com a globalização, ser alfabetizado ou não implica maior ou menor participação na vida urbana. Hoje, a cidade já não está podendo acolher da mesma maneira que há alguns decênios quem não é alfabetizado. Portanto, uma modulação do movimento para a cidade é necessária não como dogma ou doutrina, mas do ponto de vista da sociedade, como um todo, como uma transição. Como a cidade não poderá absorver esses milhões de lavradores sem terra e sem instrução, o remédio é promover a redistribuição da urbanização, o que, de certo modo, espontaneamente já se dá. A história brasileira já mostra uma redistribuição da urbanização concentrada. Hoje existem 16 cidades com mais de um milhão de habitantes, a metropolização já está se redistribuindo. E as próprias cidades médias nascem como cogumelos. Temos que aproveitar a tendência, mas imprimindo-lhe um conteúdo social. Porque é isso que vai segurar as pessoas, não no campo, mas próximas dele, em lugares onde é possível oferecer educação, saúde, informação. Mas nas cidades vizinhas, não no campo propriamente dito.

Agora, no Norte e no Nordeste é diferente. A Amazônia também é uma região urbanizada, com uma parcela de população urbana muito alta, mas por razões diferentes

das nossas do Sudeste e do Sul. A urbanização é muito mais concentrada e os núcleos bem distantes uns dos outros. Os acampamentos, então, teriam que ser organizados de maneira a dispor dos serviços urbanos essenciais, porque se eles não tiverem qualidades urbanas, servirão mal à cidadania. É difícil imaginar tais soluções num regime de economia neoliberal.

OS POBRES E A RUPTURA

MC – *O senhor diz que a cidade se constitui em lugar de construção de alternativas porque nela é possível desenvolver-se a comunicação entre os pobres. Poderíamos discutir um pouco essa idéia?*

MS – Acho que a cidade é multidimensional. A cidade do campo é um pouco mais que unidimensional, porque nela avultam algumas determinações que são verticais. Mas a grande cidade não. Ela reúne pessoas das mais diversas origens, dos mais diversos níveis de instrução, de riqueza, de entendimento. Constitui-se em um lugar em que é possível uma mistura de interpretações mais ou menos corretas do mundo, do país e do próprio lugar. Há uma enorme riqueza de perspectivas. A vizinhança obriga as pessoas a se compararem e a se perguntarem sobre as suas diferenças, seja ela próxima ou distante. Essa já é uma indagação de natureza política. E ainda que nem sempre seja possível às pessoas uma interpretação sistêmica, há um questionamento e um desejo de ultrapassar a própria situação. Isto, sem dúvida, pode se manifestar pela violência. Mas a violência também é uma forma

de discurso, um discurso, aliás, peculiar na sociedade em que vivemos. Em suas manifestações mais agudas, não é anormal que a sociedade urbana aponte para as desordens produzidas pela história contemporânea. Mas ela também aponta para uma vontade de entendimento e de superação. Aliás, está pedindo esse entendimento, pedindo que se explique o que é que está se passando, de modo a alicerçar um entendimento que produza um sentido. Por enquanto, esse sentido é mais expresso pelos “rapistas”, pelos compositores, e por alguns intelectuais, e muito menos pelos políticos. Daí essa desafeição que os pobres, e agora a classe média também, têm pela política. Há uma demanda por outra política.

OS – Estou aceitando toda a descrição que o professor faz sobre as condições muito diversificadas de vida dos pobres na cidade e considerando que a cidade é um universo que nós não sabemos pintar nem descrever, tais são sua diversidade e possibilidades. Mas concordo que é preciso estudar e descobrir isso. O que o professor acha que é preciso estudar?

MS – Há um centro de estudos da violência na USP ao qual devemos boas análises. Mas deveria ser criado também um centro de estudos sobre a solidariedade entre os pobres. É evidente que isso não dá manchete, mas poderíamos compreender melhor as diferentes formas de ajuda mútua, assim como saber de que modo repercute a produção de um discurso que escapa à indústria cultural mas que é cultura. Tudo isso poderia ser objeto de preocupação e ajudaria na produção de um outro dis-

curso mais consistente e politicamente eficaz. O discurso estabelecido hoje é que o pobre é violento e, por isso, vamos ver como a violência se dá entre eles. As pessoas têm boa vontade, estão preocupadas com a violência, mas o que é importante mesmo é menos o patológico e mais o raio de sol espontaneamente instalado com a semente da solidariedade e da mudança para melhor...

JC – *Como o senhor vê a cultura popular diante da indústria cultural?*

MS – Minha impressão é que a cultura popular já ganhou a parada... Há 30 ou 40 anos, quando a gente discutia sobre música popular brasileira, sobre os novos baianos velhos, sobre a questão da técnica, a bossa nova, dizia-se que a cultura de massa ia invadir e tomar conta de tudo. Agora, não apenas os baianos, mas outros, inclusive os “rapistas”, se impuseram, independentemente da cultura de massas, e estão tendo a revanche, num movimento de baixo para cima...

JC – *Mas não haveria aí um processo de resistência, destaque e depois incorporação pelo mercado e conseqüente esvaziamento? A cultura popular está sempre presente e resistindo, mas, a cada momento, a indústria cultural quer integrá-la e cooptá-la, transformá-la em mercadoria. Será que a cultura popular tem esse fôlego?*

MS – Sim, tem com certeza mais fôlego. E é isso que é importante, pois ganhou a parada porque, embora o poder da cultura de massa se multiplique com uma rapidez enorme, com todos esses meios técnicos, a cidade produz

uma quantidade de pobres muito grande que acabam descobrindo que têm de lutar por outra coisa e o fazem cada vez de forma inesperada. O próprio consumo é uma faca de dois gumes, porque corrompe, mas faz também descobrir a impossibilidade de sua fruição completa, já que o sistema está sempre descobrindo novos objetos, novas fontes de desejo. Há, então, uma constante renovação desse protesto, que pode ser parcial, pode ser articulado ou não... mas que se dá de maneira muito forte. A própria tecnologia atual é muito mais propícia para isso, muito mais apropriável pelos de baixo do que era anteriormente, com estúdios de gravação, de produção de cassetes, de CDs etc.

MC – *O caso das rádios comunitárias, por exemplo...*

MS – A rádio comunitária é central, porque representa uma vontade local, vem de baixo para cima... E como tem pequena dimensão, pode se colar à vizinhança, ganhar a sua cara e escapar ao ataque pelas verticalidades. Sem dúvida, o vertical pode controlá-la mas, então, entra em descrédito, deixando surgir outra coisa em seu lugar. Como os jornais de bairro, ou mesmo os jornais locais, são um lugar de debate, de contradição...

JC – *O que o senhor quer dizer quando fala em esquizofrenia do local?*

MS – É que no local tem-se a obediência e a revolta. Há sempre as duas coisas. Evidente que há a cultura de massa, que está presente em toda parte, mas existe também a cultura popular que renasce a cada momento, porque

há uma produção de pobreza permanente. A cada vez a pobreza fica maior, e mais numerosos os objetos e os desejos, para usar outra vez uma expressão psicanalítica... O lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias. Há, de um lado, os que buscam o lucro a todo custo e se apropriam dos pontos mais vantajosos e há todos os demais, mais ou menos afetados por uma situação que desejam modificar para melhor.

MC – Essa produção comunitária incomoda, de alguma forma, o sistema estabelecido?

MS – Vamos analisar o sistema das rádios comunitárias. Por que as rádios estabelecidas fazem uma guerra tão forte contra elas? É por causa do mercado? É só isso? Ou há também a questão da opinião? É esta última que mobiliza o Estado contra as comunitárias. Há um ataque muito forte da associação das rádios oficiais, das rádios legais, digamos assim, contra essas rádios piratas. Elas querem eliminá-las somente para ampliar o seu mercado? Mas por que o Estado as ajuda? Por que há necessidade dessa ordem? Uma rádio local não pode mentir muito sobre o lugar. Ela tem que estar atenta ao que as pessoas de cada lugar necessitam. A mesma coisa se dá com os jornais. O jornal de uma cidadezinha de 40 mil habitantes tem mais dificuldade para se descolar do acontecer genuíno local do que um jornal de uma metrópole com uma tiragem de centenas de milhares de exemplares. Pelo menos sobre as coisas locais... Por conseguinte, aquele é obrigado, até mesmo para sobreviver, a se es-

pelhar na sociedade local. Isso também é esquizofrênico, pois recebe os anúncios da Gessy, Palmolive, Coca-cola etc., mas tem que levar em conta o local. Acho que há muita coisa se dando no plano da história material que já é indício de uma mudança... mais visível aqui do que ali, não importa se desarticulada. Essa articulação vai ser feita mais tarde, quando os partidos decidirem patrocinar, entre os períodos eleitorais, a elaboração de retratos dinâmicos da sociedade.

JC – *Parece-me que o senhor define o pobre a partir da carência. Essa percepção me sugere uma concepção antropológica do ser humano com potencial permanente de criação e de desenvolvimento de novas necessidades e como um ser voltado para a liberdade. Isso seria uma influência sartreana?*

MS – A idéia de que os homens são condenados a ser livres e a própria idéia de carência me vêm de Sartre. É nitidamente uma influência sartreana.

JC – *E seria possível fundarmos aí o otimismo que o senhor parece ter em relação às possibilidades de mudanças, de o ser humano poder enfrentar e dar uma solução positiva para as transformações que hoje o mundo atravessa? Se o homem está condenado à liberdade, isso explicaria sua busca constante de um caminho, ainda que em condições adversas. Podemos pensar as soluções para os desafios de nossa época a partir da integração do mundo ou do tipo de tecnologias hoje disponível. Esta concepção antropológica não seria um terceiro ponto de partida para isso?*

MS – Bom, se você quiser buscar uma filiação, é também um pouco Teilhard de Chardin. A grande mutação filosófica do homem que ele imaginava, creio que já está se dando agora com essa mudança de possibilidades materiais colocadas para o homem... Estou tentando dizer que toda a nossa utopia está fundada nas novas condições da materialidade, já empiricamente disponíveis. E, a partir daí, saímos do domínio do otimismo... (risos). Se há as condições materiais para realizar as possibilidades sonhadas, então o otimismo não seria quanto aos materiais à nossa disposição mas muito mais em relação à possibilidade da política, de uma outra política. Quer dizer, será que os homens vão reorganizar melhor o mundo do ponto de vista político a partir dessas condições materiais já presentes? Ou será que eles vão se aproveitar das condições materiais presentes para tornar a vida humana ainda mais infernal do que a fez a globalização? E é aí que há a necessidade de encontrar elementos de ruptura, que penso advirão do mundo pobre e dos homens pobres. Essa é a tese que defendo no meu livro *Por uma outra globalização*, publicado recentemente. Não creio que a Europa ou os Estados Unidos possam nos dar nada de bom nesse sentido. Não imagino que possa haver uma mudança histórica profunda e válida vinda dos Estados Unidos ou da Europa. Virá dos pobres, dos “primitivos” e “atrasados”, como nós, do Terceiro Mundo, somos considerados. E não pode vir das classes obesas. Estas não podem ver muito. São os pobres os detentores do futuro. O problema de todas as épocas é saber como vai se dar a ruptura. E as

rupturas se deram antes que todos soubessem como elas iam se dar... Os que, em épocas anteriores, pensavam na possibilidade da mudança também podiam ser tidos como otimistas ou visionários. Acho que a diferença, hoje, vem do conhecimento das condições materiais que já estão presentes, muito mais fortemente presentes. A urbanização, as grandes metrópoles, o convite ao consumo... tudo isso se junta para acelerar o movimento. Convida-se ao consumo e os homens sofrem porque não podem consumir e daqui a pouco descobrirão que também sofrem porque consomem. O potencial de mudança torna-se exponencial.

OS – *A escassez enquanto possibilidade pode ser considerada superada no mundo?*

MS – Sim, pelas técnicas. Mas só enquanto possibilidade. Veja, por exemplo, o caso das doenças no Brasil. Nós conseguimos suprimir algumas delas, mas voltaram todas. Há um instrumental propício para que, filosoficamente, o homem se renove e para que essa filosofia chegue às camadas mais pobres da sociedade, na medida em que essa descoberta da escassez é muito mais possível hoje do que era antes.

MC – *O processo de globalização, pautado em um discurso econômico e técnico, parece querer nos fazer ver exatamente a inviabilidade de qualquer tipo de ação que busque a realização destas possibilidades que o senhor está levantando...*

MS – O discurso econômico tem esse papel de paralisar.

A idéia, então, é reconhecer que as próprias empresas são fortes porque fazem política. A força das grandes empresas vem do fato de fazerem política. E o Estado está cada vez mais forte porque é refém das grandes empresas... Bom, refém em termos, porque há Estados que decidiram não se entregar...

OS – E como fica a construção da cidadania e da nação nesse quadro, porque a cidadania se formou no marco de construção da nação, do Estado nacional. O Estado foi o espaço por excelência da política. Mas não é mais, não da política cidadã. Onde é possível construir a cidadania e como ela se relacionaria com essa política estatal?

MS – Mas não será esse Estado que está aí... Será outro. E o conhecimento mais aprofundado de como se dão as relações entre frações da sociedade e frações do território poderá ajudar na formulação de novas proposições quanto à estrutura e ao funcionamento do Estado.

JC – Mas e o que fazer com essa política institucionalizada? Porque, para construir um novo Estado, será necessário dismantelar efetivamente a teia de dominação política que existe para poder estabelecer uma outra...

MS – Sim... e quantas vezes isso foi feito? Tal prática não é nova na história e nada nos leva a acreditar que o neoliberalismo esteja aí por toda a eternidade. Ao contrário, trata-se de um deus de barro, fundado na ideologia e cuja derrubada não será difícil, num mundo caracterizado por crises permanentes.

JC – *Mas hoje são poucas as pessoas que acreditam nisso e, em geral, essa discussão é associada à discussão de estratégia: “por onde destruir o Estado” e “como se daria a constituição de outro” etc.*

MS – Eu não saberia dar a fórmula, mas creio que estão se gerando as condições para exigir outra coisa. No caso do Brasil, por exemplo, está havendo agora uma reforma da Constituição, a serviço dos poderosos, sobretudo os das finanças. Isso, para mim, vai acelerar a desordem no país, vai gerar uma insatisfação crescente no resto do corpo social, o que possivelmente levará a uma tomada de consciência. A realização da política “por baixo” está se dando fora dos quadros institucionais clássicos. Há uma movimentação muito grande que aponta para outras formas institucionais, mas que não saberia sugerir. Eu vejo também delinear-se uma nova federação, isso para mim é claro...

OS – *Pode explicar um pouco melhor?*

MS – Os lugares, diversificados como se tornaram hoje, estão exigindo a produção de uma nova federação. A que está aí não serve. A que está chegando, servirá ainda menos.

OS – *Mas tendo como referência o quê? As grandes metrópoles?*

MS – Não, todos os diversos alvéolos, que são as regiões, o lugar-região, as cidades, também as grandes metrópoles, diversas territorialidades que seriam a base de um novo acordo nacional legitimando um novo pacto político territorial.

OS – *Por que o velho pacto federativo perdeu sentido?*

MS – Já havia perdido antes. Com as reformas que o neoliberalismo está impondo, a deformação se amplia e os problemas crescem. Esse é um movimento geral no mundo. E que estoura aqui, ali, de uma forma ou de outra. Da forma como a Rússia esmaga a Chechênia, por exemplo. Esses processos, dentro do território, parecem isolados, mas não são. Na medida em que os reclamos sociais não podem, nas condições atuais, ser atendidos, é possível que haja uma busca de outra coisa. Há um ano, simplesmente gritou-se “Fora FHC”. Isso pode ocorrer novamente...mas com outra palavra de ordem. Eu creio que está tudo em aberto.

OS – *Professor, esse novo pacto federativo, a inscrição de novas territorialidades num processo político, econômico... isso se propõe em nome do quê?*

MS – Bom, mas é preciso escolher aquilo a que se vai dar prioridade. Porque a atual reforma da Constituição está dando prioridade ao dinheiro, ao capital, à economia. Mas é possível mudar a ótica e propor outra coisa.

JC – *Em nome do bem-estar coletivo?*

MS – É. Mas como ele não se realiza igualmente, é por isso que eu falo na federação, em lugares. A realização é diferenciada. Haveria que se encontrar a maneira de como trabalhar isso. Geógrafos e outros estudiosos poderiam reinterpretar o território deste ponto de vista, embora a proposta das soluções técnicas, políticas, nos escapassem, em virtude do tipo de formação. Poderíamos fazer a crítica, mas não a proposta. Este papel, aliás, não

é da universidade, mas dos partidos. E a questão que está nos perseguindo é: “que partidos?”.

MC – *Eu considero extremamente importante o senhor dizer que está tudo em aberto. Parece-me uma frase mobilizadora. E é diferente do que estamos vivendo, em que tudo nos aparece como dado.*

O futuro é algo que jamais existiu antes. E quando o número de possibilidades concretas aumenta, os futuros possíveis são mais numerosos e ficam mais perto de nós porque o presente conflitivo é um terreno fértil. É por isso que o discurso ideológico atual é tão violento buscando eliminar todo diálogo. É preciso fazer ver que nada de diferente é possível e que o amanhã será como hoje.

JC – *Trata-se de reestruturar o projeto nacional?*

MS – De certa forma é isso. De certa forma. Agora, a mecânica da coisa eu ainda não vejo com muita clareza, mas imagino que os partidos também vão se reagrupar. Eu destacaria, entre os partidos, aqueles que buscam entender a realidade de um ponto de vista mais amplo, metapolítico, metapartidário. É daí que creio que poderá surgir essa renovação da vida política.

JC – *Mais uma questão: qual a pertinência da utopia, hoje?*

MS – A utopia deve ser construída a partir das possibilidades, a partir do que já existe como germe e, por isso, se apresenta como algo factível. Acho que é isso que vivemos hoje. Mas há um obstáculo que é o nosso

modo de pensar, europeu, ocidental. O problema é que pretendemos pensar tudo a partir de uma epistemologia européia e, agora, norte-americana. Então, ficamos prisioneiros de modelos exógenos e também pessimistas, o que é a marca do Ocidente. A ruptura com esse modo de pensar me parece necessária e urgente.

JC – *Aproveitar essa grande crise civilizacional para superar as mazelas...*

MS – Mutações que não se fez ainda e que nem é discutida. Aliás, uma das críticas que podemos fazer às esquerdas é que a discussão sobre a civilização não faz parte de seu discurso. Muitos progressistas responsáveis têm medo de enfrentar o discurso único e, desse modo, atrasam o debate político.

JC – *Antes falava-se de economia, meios de produção, Estado, mas não se tinha uma crítica da civilização industrial moderna...*

MS – Mas, e o marxismo? Um certo marxismo, sim. O socialismo não é uma mudança de civilização? Hoje, porém, não se discute a mudança de civilização. Então, o que está se discutindo? Na abertura dos congressos dos partidos esse deveria ser o tema central. Deixou de sê-lo, a pretexto de que é preciso combater o que está aí. E o que está aí é pensado a partir da solução econômica. Há, então, uma limitação no discurso da oposição, que se empobrece porque não ousa ultrapassar esse mesmo limite que lhe é imposto pelos que propõem o debate.

TERRITÓRIO DA VIDA

JC – *Professor, o senhor nasceu na Bahia, não é?*

MS – Sim, eu nasci no sertão da Bahia, numa cidade da Chapada Diamantina, chamada Brotas de Macaúbas, onde meus pais foram ensinar como professores primários. Naquele tempo havia uma separação nítida entre sertão e litoral, eram duas culturas diferentes. Mas eu tive, em função da origem dos meus pais, uma cultura urbana. Quando tinha 8 meses, meus pais foram para a zona do cacau, para Ubaitaba, que então se chamava Itapira. Isso foi antes de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) decidir que duas cidades diferentes não podiam ter o mesmo nome. Como tinha uma Itapira aqui, em São Paulo, a da Bahia teve que mudar o nome. Arranjaram uma outra combinação indígena, que deu por resultado Ubaitaba, que é também Itapira, em uma outra versão.

JC – *Em que ano foi isso?*

MS – Eu nasci em 1926 e essa ida para Itapira foi no ano seguinte. Daí fomos para Alcobaça, mais ao sul, onde fiquei dos três aos dez anos, quando fui para o

meu primeiro exílio. Fui ser interno em um colégio em Salvador, porque a Bahia só tinha ginásios em oito ou nove localidades. Meus pais continuavam em Alcobaça e fizeram o esforço de me mandar para o colégio – um colégio leigo, para onde iam judeus, espanhóis, uma certa classe média.

JC – *Por que o senhor diz que foi o seu primeiro exílio?*

MS – Porque eu fui com 10 anos. Ao mesmo tempo que fui obrigado a aprender a pôr uma meia nos pés – o que não sabia fazer –, fui extraído da família. Era, então, um exílio. Acho que isso foi muito importante, me fez alguém menos prisioneiro da família, mas me deu a dimensão do isolamento, da solidão, da necessidade de organizar o presente e um pouquinho, pelo menos, o futuro. Creio que só hoje reconheço a importância dessa necessidade de viver, até certo ponto, autonomamente. Também é uma experiência de desenraizamento e de instalação em outro meio – ainda que a cada dois anos meus pais fossem à cidade, como se falava antigamente. Eles vinham a cada dois anos a Salvador, porque era caro e longe, quatro dias de viagem desde Alcobaça, em navios pequenos, que iam parando em Porto Seguro, Canavieiras e Ilhéus. Em anos alternados, era eu quem ia encontrá-los em Alcobaça.

Quando veio o que as pessoas chamam de exílio propriamente dito, que coincide com o ambiente da história brasileira de 1964, foi uma experiência penosa, mas muito menos para mim do que para outros brasileiros, muitos dos quais estavam sempre chorando que eram

exilados. Foi também isso, mas essa não era, para mim, a dimensão central.

JC – *Sabemos que ainda no ginásio o senhor teve contato com os clássicos da filosofia – Aristóteles, Platão, Leibniz, Marx. A experiência do ginásio foi mesmo uma experiência formadora, não só no sentido de vivência, mas intelectual?*

MS – Sou da penúltima turma que se formou bacharel em ciências e letras. Houve um momento em que me divertia muito quando, no meu currículo, aparecia “bacharel”, como os americanos gostam, com as iniciais “bsl”. Colocava isso e eles olhavam admirados – com 15 anos já era bacharel –, porque você se formava bacharel em ciências e letras no quinto ano do ginásio. E o que se dava nesses cinco anos? Havia, por exemplo, a geografia humana, que aparecia no segundo ano. Muita coisa que nós hoje damos, em parte, na pós-graduação era ensinada no ginásio, porque havia um compêndio de Josué de Castro, chamado *Geografia humana*, que apresentava, com simplicidade, a geografia francesa. Tínhamos, então, física, química, história natural etc. e professores que eram professores de faculdade. O ginásio, em que eu estava, era dirigido por um sujeito muito interessante, uma pessoa séria, Hugo Baltazar da Silveira – meu pai tinha lecionado nesse ginásio antes de ir para o interior.

Após o bacharelado, para ir para a faculdade havia três cursos preparatórios, cada um de dois anos, o chamado pré-medicina, o pré-engenharia e o pré-jurídico, que

os outros colegas chamavam de pré-judicial. Tínhamos geografia humana, lógica, psicologia, economia política, história da literatura, história da filosofia, história das idéias políticas, história e víamos de novo Platão na história da filosofia, da literatura e da política. Nos dois anos de preparação para a faculdade líamos Charles Gide, um grande economista francês, uma espécie de papa da formação escolar no Brasil. Tínhamos uma formação confluyente, porque víamos esses grandes autores através de diversos prismas. Era como que um mundo próprio – o mundo do ginásio e o do colégio, que então se chamava curso complementar. Não havia televisão, éramos ensinados a não gostar de futebol, sobretudo gente como eu, que tinha origem visivelmente inferior, e que as famílias preparavam para as funções de mando. A educação que me foi dada não foi a de obedecer, foi para me preparar para fazer parte dos que iam mandar. Como é que iria gostar de futebol? Não podia. Porque havia o risco de você se perverter no caminho. Todas as atividades ditas populares eram desaconselhadas, de forma não explícita, na produção do homem de elite, do bacharel. E o que é o bacharel? É um sujeito que pode ser advogado, promotor, juiz, jornalista, político, diretor de hospital. Isso é o bacharel. E que aprende a falar, o que era uma característica do mando e da política, saber fazer frases, saber amarrar uma idéia com a outra. E como não tinha televisão, a minha geração se reunia para conversar, para ouvir poesia, para ouvir o que o outro escreveu, elaborar jornais manuscritos com tantos exemplares quantos necessários para distribuir. Havia

uma espécie de vida cultural ativa entre os jovens, que tinha relação com o modo de uso do tempo e o fato de vivermos fora do eixo Rio-São Paulo. A noção de carreira era menos importante e o industrialismo estava menos presente na produção da “mentalidade”. Havia um apreço à história da cultura, porque se considerava que a cultura abria as portas, e o pior (ou melhor) é que abria mesmo. Aqui em São Paulo havia o industrialismo e o peso do dinheiro, uma outra escala de valores; coexistia a escala de valores da cultura e uma outra. Lá não havia o tipo de riqueza que havia aqui. Enfim, pode ser uma interpretação baiana da história brasileira, ou uma vontade de contrastar a origem baiana à origem, digamos, paulista.

OS – *Era uma cultura até certo ponto senhorial?*

MS – É a mistura do peso do mundo agrícola, do comércio, do cartório. Tudo isso era pesado. Você era importante porque era notável. Já aqui você tinha que se virar. O imigrante que chegava não ia ser notável. Notáveis eram os de nome emplumado. Os demais buscavam outro caminho. Num lugar como a Bahia era um pouco diferente, porque os jornais e os bancos estavam nas mãos de poucas famílias, a universidade foi criada de alguma forma por essas famílias, então, é outra “transa”, como se diz hoje. Esse pano de fundo é importante para explicar por que essa cultura clássica tinha um certo peso e representava para cada um de nós a própria produção do futuro. Nós abríamos o *Diário Oficial* para ler o discurso de um deputado! Fazíamos muito isso;

imagine hoje aprender português com o discurso de um deputado! Você abria o jornal e aprendia como é que se falava, qual era a comparação boa, qual a figura de linguagem que tocava, que chocava. Tudo isso era um exercício que se tornava espontâneo no grupo limitado do qual fazíamos parte.

Estávamos então na primeira metade dos anos 40, um pouco antes do período do Estado Novo. Eu entrei na faculdade em 1944. Era um mundo mais lento, anterior à globalização.

JC – *Existia, nos anos 30 e 40, um movimento regionalista na Bahia?*

MS – Sim, é verdade. O Dr. Otávio Mangabeira, que foi talvez o último intelectual a governar a Bahia – antes de Luiz Viana Filho –, viveu muito tempo nos Estados Unidos, como exilado do governo Vargas. Quando ele voltou para Bahia, construiu um secretariado de grandes nomes. Ele se preocupava com a questão de por que a Bahia não ia para frente. Entre os anos 20 e 40 houve uma certa estagnação do Recôncavo e da Bahia, e ele chamou a isso de o “enigma baiano”. Esse “enigma baiano” é uma das interpretações que dá origem a uma primeira busca “científica” para interpretar os desníveis regionais. Deu-se um conteúdo científico a esse regionalismo, que não era apenas uma herança cultural ou “geográfica”, mas que resultava da distribuição de meios para alcançar o progresso dentro da nação, cada vez mais identificado com o desenvolvimento industrial. Essa era a idéia de todos nós, progressistas da direita e da esquerda, do Partido Comu-

nista: a indústria resolve, um grande amor pela burguesia nacional, que agora aparece como uma nova forma de amor aos bancos. Mas nos anos 40, 50 era isso aí.

OS – Como foi o seu período de faculdade? Era muito diferente daquele esquema do ginásio e do preparatório?

MS – A faculdade aparecia como um choque. Era nítido que se estava em outro lugar. Recebíamos outro tipo de aula e tínhamos outra disciplina de trabalho. Tínhamos duas aulas de 50 minutos por dia. É inadmissível um estilo USP (Universidade de São Paulo), uma coisa única no mundo inteiro. O conteúdo dado era impressionante, tinha-se a certeza de não estar no ginásio. Nestor Duarte, Aluizio de Carvalho Filho, Aliomar Baleeiro, Orlando Gomes, Evandro Balthazar é que foram meus professores no curso de direito. Evidentemente, o fato de ter estudado direito tem um preço, uma confusão entre a idéia de liberdade e liberalismo. O grupo da chamada Esquerda Democrática, que era o grupo do João Mangabeira, tinha uma vocação para a esquerda e amarras na direita.

JC – O senhor participou da Esquerda Democrática na Bahia?

MS – Eu admirava o João Mangabeira, mas o que aconteceu foi o seguinte: meus amigos e eu próprio, a turma da qual eu era um pouco líder, se separou, no início dos anos 40, da União Nacional de Estudantes e criou uma entidade chamada Associação de Estudantes Secundários Brasileiros, que, na verdade, era nordestina. Ela ia além da Bahia, pegava Pernambuco, Sergipe,

Paraíba. No momento de eleger a diretoria, a turma do Partido Comunista, o Mário Alves, uma pessoa cuja casa eu freqüentava, se uniu com gente da Igreja e levantou o argumento que, pelo fato de eu ser negro, era difícil para mim falar com as autoridades. Eu perdi a eleição e fiquei como vice-presidente. Aí, o presidente foi embora e eu assumi depois. Mas isso criou uma dificuldade minha com o Partido Comunista na Bahia, que só vai ser resolvida muitos anos depois, quando fui para a França me doutorar e voltei ...

Chega, então, o empurrão da Faculdade de Direito. E a confusão, naquele período, que se repetiria de novo no Brasil dos anos 80, entre a oposição e a esquerda. Nós éramos oposição à ditadura de Vargas e havia união das oposições. Tínhamos, então, a Esquerda Democrática, mas que era também a UDN, tudo junto, como voltou a acontecer depois, na segunda ditadura. Muitas pessoas ainda não se curaram dessa confusão entre oposição e esquerda. Porque estavam todos juntos na luta para derrubar a ditadura. A Faculdade de Direito é o lugar da elite e as minhas relações pessoais, meus amigos, as pessoas com quem eu me dava bem, eram de famílias importantes. De outro lado, tinha esse choque pessoal com a turma do Partidão, um ressentimento que eu guardava, apesar de me dar bem com o Mário Alves e principalmente com a irmã dele, que sempre foi muito minha amiga. Mas isso acabou criando um afastamento.

JC – Com a faculdade há um refluxo nessa participação política?

MS – Não. Chego à faculdade em 1944, em plena abertura para a democracia. Estávamos todos juntos pedindo a entrada do Brasil na Segunda Guerra, denunciando quem deixava a luz acesa (por causa do blecaute). Fernando Santana, que até hoje é meu amigo e foi deputado do Partido Comunista, Mário Alves, Jacob Gorender, que era a grande cabeça da turma, formavam um grupo intelectualmente poderoso e que tinha uma capacidade de mobilização formidável. Depois teve um jornal que era dirigido por João Falcão, filho de um dos homens mais ricos da Bahia e que financiava o PC e o seu jornal.

Esse pano de fundo é importante para entender porque a minha ida para a esquerda foi lenta e intelectual, não foi resultado de uma militância, foi resultado de um aprendizado, é parte de uma redescoberta do mundo que eu fiz na Europa.

OS – *O senhor se forma e vai trabalhar em quê?*

MS – Eu me formo bacharel e o governador Otávio Mangabeira me oferece emprego. Não aceitei, porque dizia que não queria ser funcionário público. Então, fui ser professor, que naquele tempo não se confundia com funcionário. Fiz concurso para ser professor em Ilhéus, Catedrático do Colégio Municipal de Ilhéus. Fui para lá ensinar e começar a fazer pesquisa.

Neste momento eu já havia encontrado a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros). Vinha todos os anos para o Rio, para um curso de férias do IBGE. Vinha ouvir os colegas mais velhos que explicavam a geografia e aí descobri a AGB. Era uma coisa pequena, que funcio-

nava como escola. Você se reunia duas semanas, havia apresentação de *papers*, havia trabalho de campo, de pesquisa, elaboração dos resultados e apresentação. Era outro mundo, podia-se ficar fora 12, 15 dias. E era uma escola. Primeiro era no eixo Rio-São Paulo, mas depois foi se estendendo por Pernambuco, Bahia, Minas, o Sul, promovendo um contato com gente de todos os lugares e com os grandes nomes. Tinha o Aroldo Azevedo, que ia de vez em quando, mas meu grande amigo era o Araújo Filho. Era um convívio com amizade – amizade é tudo, isto é, querer bem e falar um pouquinho mal etc. Tínhamos tudo isso na AGB, com alianças permanentes e uma formidável rivalidade entre Rio e São Paulo; nós de fora oscilávamos entre um ou outro. Mas a AGB era uma coisa muito importante.

OS – *Depois que o senhor começou a participar da AGB teve algum papel na fundação da seção da Bahia?*

MS – Sim, exatamente. Eu saí da Faculdade de Direito e comecei a participar da AGB. Logo em seguida, criei a seção da Bahia e o boletim baiano. Isso coincidiu com o fato de que eu era professor e jornalista. Eu conhecia o Simões Filho, que foi ministro da Educação de Getúlio Vargas e que criou o jornal mais importante da Bahia, *A Tarde*.

Foi interessante a forma como nós nos conhecemos. Quando estávamos dirigindo a União dos Estudantes – o nosso grupo dirigiu também a UNE na Bahia –, fizemos uma exposição. A turma que era mais à direita do que nós invadiu a associação e quebrou tudo. O Simões,

que estava na Bahia, queria fazer um artigo sobre isso e nos disse: “Vocês voltam, quebram mais ainda que eu quero escrever esse artigo”. E mandou tirar fotografias que permitiram fazer um artigo sobre a mocidade etc. Foi assim que me aproximei dele. Quando terminei a faculdade, ele disse: “Você vai escrever para o jornal”. Eu passei a ter uma coluna assinada.

Esse cidadão acabou tendo um papel muito importante na minha vida; inclusive muitas das atitudes um pouco “quixotescas” que eu tomo são, de alguma forma, inspiradas nele, que era um sujeito de muita coragem intelectual, um homem rico, mas um político populista.

JC – *O senhor manteve uma participação política como jornalista?*

MS – Era um jornalista profissional mesmo, tinha uma coluna, que assinava com as minhas iniciais, mandava as coisas que via na região e acompanhava as notícias. E quando eu vim para Salvador, tornei-me redator de *A Tarde*, que é um dos dez jornais mais importantes do Brasil, no mesmo nível do *Zero Hora*, de Porto Alegre, por exemplo. Era um jornal que tinha um peso muito grande, funcionava como um partido político, indicando sempre secretários de governo. Depois, eu passei a escrever o artigo de fundo do jornal, o editorial. E, por meio do jornal, me tornei diretor da Imprensa Oficial do Estado da Bahia, quando o governador era Juraci Magalhães. Ele aceitou as minhas condições, que era chegar lá às 17 horas, porque eu tinha criado um instituto de geografia, o Laboratório de Estudos Regionais

e Geomorfologia. O reitor da Universidade da Bahia, ao me dar esse instituto, me disse: “Olha, se chamar de instituto de geografia, os seus colegas da Faculdade de Filosofia não vão deixar, então arranje outro nome”. Então, nós criamos o Laboratório e isso possibilitou fazer pesquisas, publicar livros, convidar colegas de fora e imprimir um boletim.

JC – Por intermédio dessa teia de relações, o senhor tinha um papel destacado na sociedade baiana dos anos 50, não é?

É. Depois eu acompanhei o Jânio Quadros como jornalista na visita à Cuba. Ele me nomeou o seu representante na Bahia. Isso não entra na minha biografia, porque eu não ponho, mas representei o Jânio, em 1961. É verdade que todos os jornalistas que foram com ele naquela viagem foram contemplados, exceto Hélio Fernandes, o diretor da *Tribuna de Imprensa*. Rubem Braga foi nomeado adido cultural e eu fui nomeado representante do presidente na Bahia. Eu deveria ter sido nomeado embaixador em Gana, só que no início do governo estava na França e a primavera estava tão bonita que eu atrasei a minha volta. Ele queria nomear um negro, mas não tinha paciência, então nomeou outro negro, Raymundo de Souza Dantas, para embaixador em Gana. Quando cheguei, ele me disse: “A imprensa está dando que nomeei um embaixador negro em Gana e que isso é pouco. Você vai ser embaixador na Suécia, mas por enquanto fique na Bahia”. Mas não deu tempo de ir para a Suécia, porque ele renunciou.

Tornei-me, então, encarregado do planejamento econômico do governo do estado da Bahia. Era presidente da Fundação de Planejamento Econômico da Bahia e membro do governo, tinha assento no secretariado. Era Fundação porque foi a forma de dar autonomia administrativa ao órgão. Pude chegar lá e, como meu primeiro ato, dobrar os salários, o que não poderia fazer se tivesse que passar pela Assembléia. E aí já estava cercado pelo Partido Comunista, que era quem produzia idéias e discursos.

JC – Como se colocava para o senhor a questão da negritude nesse período, especialmente na Bahia?

Para mim é muito complicado, é uma questão que não gosto muito de discutir, mas vou abrir uma exceção. A biografia do sujeito influi muito na sua história. Minha família, do lado do meu pai, era de lavradores urbanos de Salvador. Existiam vazios dentro da cidade, os vales não eram ocupados e neles se desenvolviam atividades agrícolas – meus avós eram meeiros de um grande proprietário urbano. Eu conheci meus avós. Minha avó trazia a produção para entregar no mercado e andava de pé no chão. Do lado da minha mãe era diferente. Minha mãe é de uma pequena burguesia negra antiga. Meus avós maternos eram professores primários, antes da abolição. Meu avô foi prefeito de Glória, no rio São Francisco, meu bisavô era amigo de Ruy Barbosa. Havia uma pequena burguesia negra que tinha espaço naquela sociedade, uma posição artística, sabia as regras de andar na rua com uma senhora, como falar com uma pessoa bem situada, o lugar que a mulher devia ocupar à mesa, como pegar a faca. Era todo aquele

respingo da corte na classe média, que não era bem uma classe média, porque isso ainda não havia, não é mesmo? Por isso tive uma educação que me levou a não saber o que era o candomblé, da mesma maneira que me levou a jamais ter entrado num campo de futebol – até hoje não conheço, aliás, um estádio. Você fala de negritude, e ela está presente pela minha própria condição física, mas ao mesmo tempo tive toda a educação para ser um homem da corte, um homem da vida social plena.

MC – *Não existia uma discriminação evidente no círculo do qual o senhor participava?*

MS – Aquela discriminação que vem da competição não havia naquele mundo. Na escola, não tínhamos muita competição, apenas aquela para saber quem ia ser o presidente do grêmio. Mas não essa competitividade que vem do trabalho e que hoje é a grande escola. Quando terminávamos a faculdade, não havia problema de emprego, não havia esse drama atual. Mas existia a discriminação racial e, depois, eu aprendi que me seria difícil ser sócio de um grande clube social, o que, depois, me levou a ser sócio do maior. Mas minha relação com o mundo negro é muito complicada. Essa história de vida, de alguma forma, me marca até hoje.

MC – *O senhor se sentiu alguma vez cobrado pelos movimentos negros para assumir publicamente uma causa?*

MS – É possível que tenham cobrado, mas ninguém ousa me cobrar porque eu vou dizer não. Eu não sou militante de nada, seja da política, seja do racismo.

ANOS 50 E 60

JC – *Gostaria que o senhor falasse sobre a sua participação política nos anos 50 e 60, porque o senhor tem uma participação como jornalista, em funções públicas e mesmo nessa relação com o Jânio Quadros...*

MS – De quem eu gostava muito, aliás. Gostava porque achava que ele era progressista. As coisas progressistas que apresentei a ele, inclusive punições a bancos e exportadores, ele aceitou e assinou. Evidente que, quando voltei do exílio e me instalei aqui, algumas vezes pensei em falar com ele por telefone, mas o telefone caía de minhas mãos e vi que não tínhamos mais nada a conversar politicamente. Então, jamais o procurei. Mas naquele período não tinha a visão de mundo que passei a ter depois. Todavia, guardo de Jânio presidente uma boa lembrança e continuo a estimá-lo.

JC – *O senhor esteve filiado a algum partido?*

MS – Eu criei um quando era estudante, chamava-se Partido Estudantil Popular, o PEP; era muito divertido, podíamos criar partidos. Depois eu participei de vários partidos ligados ao jornal ou por ingerência do jornal. Fui candidato a vereador. Estava em Ilhéus, mas era candidato em Salvador. Tive uma boa votação, quase mil votos, mas não me elegi e acho que foi bom, embora, na época, tenha sentido uma certa frustração.

JC – *O senhor continuou nessa trajetória até 1964?*

MS – É, em 1964 eu estava no governo do estado da

Bahia. O governador era o Lomanto Júnior, que foi meu colega de juventude. Havia dois ou três conselheiros de esquerda do governador e fomos todos presos juntos pelo tipo de participação política que tínhamos no governo. Meus conselheiros, que eram do Partido Comunista, e eu passamos uma temporada na prisão. Aí adoeci, fui para o hospital, para a prisão domiciliar meus amigos franceses me nomearam professor e pude sair no fim de 1964.

OS – Como o senhor via sua atividade intelectual neste período, no final dos anos 50 e início dos 60?

MS – Na minha geração havia uma vontade de cultura. Ser cultivado fazia parte da vida, embora com deficiências que eu percebo até hoje, porque a parte artística foi menos desenvolvida. Éramos educados no culto dos intelectuais: Castro Alves, Rui Barbosa ... Dos vivos, tínhamos Gilberto Freyre, que admirávamos também pela métrica. E tentávamos imitar a métrica de Gilberto Freyre e de Jorge Amado. Tentávamos reproduzir a prosa dos dois, que era muito musical. Até hoje busco pôr uma música no que eu escrevo, quando tenho tempo. Quando não tenho, vai como vai. Mas isso vem da nossa paixão por esses grandes autores. Sem contar Machado de Assis e o obrigatório Eça de Queirós, que nós líamos e comentávamos. E havia essa crença de que a cultura era um meio de se ir para frente.

OS – Mas o senhor tinha um trabalho já mais direcionado para a geografia, não?

MS – Sim. Aos 15 anos, pensei primeiro em me formar em engenharia, porque era muito forte em matemática. No meu segundo ano de ginásio, um professor faltava com frequência, e eu ia dar a aula de matemática dele, no terceiro ano. Eu havia estudado álgebra com meus pais, entre os meus 8 e 10 anos. Mas havia a lenda de que a Escola Politécnica era racista, e como eu tinha um tio advogado, isso me levou a pensar em fazer direito. Entre o direito e a matemática, foi a geografia que ganhou, porque eu tive vários professores de ginásio de geografia que eram muito bons. Aos 15 anos, comecei a ensinar geografia no ginásio. Ensinava geografia humana. Eu não tinha terminado o ginásio, não tinha entrado na faculdade e já ensinava no ginásio, o que era uma forma também de pagar despesas extras, porque eu saí do internato e fiquei morando anos na escola e não pagava. Então, dava aulas, recebia um pouco de dinheiro e com isso me vestia, porque, para ir à Faculdade de Direito, tinha que estar bem vestido e engravatado, os sapatos lustrados.

JC – *O senhor, então, já se sustentava?*

MS – É, dava aula particular e ganhava algum dinheiro. E, a partir de uma certa idade, meus pais apenas completavam o que faltava. Então, a geografia vem por aí, como a solução intelectual e funcional. Depois, descubro em São Paulo, por intermédio dos meus colegas daqui, a França. Já tinha algum conhecimento, por meio do livro do Josué de Castro, dos livros de geografia humana. É quando começo a ler os geógrafos franceses, comprando seus livros aqui

na Livraria Francesa. Eles me mandavam os livros e a partir de cada obra recebida, descobria o livro anterior que eu devia ler. Às vezes, os livros não ficavam comigo, porque um colega ia antes na livraria e pegava, mas então a gente cotejava, porque era um mundo em que um conhecia o outro. Era outro mundo, outro mundo.

Daí essa minha familiaridade não só com a geografia francesa, mas com a história da geografia francesa, que se personalizou com meu contato com Pierre Mombeig, que dava aula na USP, uma pessoa extraordinária, inteligente, agradável, sedutora, com uma visão ampla. Eu me lembro que quando publiquei a primeira edição de *A zona do cacau*, mandei receoso o livro para ele, dizendo não saber se aquilo era geografia. E ele disse: “Geografia? Tudo é geografia”. Jacqueline Beaujeu-Garnier, uma grande geógrafa francesa, que se tornou, depois, muito próxima do Brasil, veio para cá em 1956 e na preparação de sua viagem estava uma nota que ela fez numa revista francesa sobre meu livro. Porque havia a preparação das viagens, que eram muito longas, e havia um respeito pelo trabalho de quem estava aqui. Coisa que hoje não há mais. Hoje, os colegas estrangeiros têm muito pouco respeito pelo nosso trabalho, com as exceções de praxe. Havia muito mais vontade de real colaboração.

OS – *O senhor acha que o desconhecimento do Brasil e a necessidade de conhecer é que criava esse respeito?*

MS – Havia, de um lado, uma necessidade de aumentar a informação, para poder fazer a síntese ou as pretensas sínteses. Os grandes livros sobre o Brasil foram feitos por

Maurice Le Lannou, Pierre Mombeig e Jacques Lambert, este com *Os dois Brasis*. E havia, de outro lado, o medo de dizer besteira. Os europeus sempre tiveram um medo do ridículo, o que, aliás, sempre os atrapalhou no processo de crescimento. Com o medo do ridículo você não avança. E havia também o que hoje não há mais na vida intelectual global, que é o respeito pelo outro. Na minha experiência de vida intelectual, eu tive mais colaboração dos colegas de fora quando eu era jovem do que hoje, quando, afinal, me tornei um nome conhecido.

JC – *O senhor mencionou um livro, A zona do cacau. Foi seu primeiro livro?*

MS – Não, não foi. Naquele tempo, a gente jovem queria ter livro. Meu primeiro livro foi minha tese para professor de ginásio, se chamava *O povoamento da Bahia*. Eu peguei diversos historiadores e fiz uma coisa que chamavam de tese, mas que eu hoje não mostro a ninguém. A partir daí, comecei a escrever livros em torno do que imaginava que era, a cada momento, a geografia. A coisa mais interessante que produzi neste primeiro período foi *A zona do cacau*, porque havia uma falta de pretensão, uma grande ingenuidade, um português mais bem trabalhado, mais espontâneo do que hoje, por exemplo.

MC – *O senhor reconhece algumas coisas que tenha escrito nesses livros e que olha e imagina que depois se transformou em uma idéia mais madura nas reflexões posteriores?*

MS – Ah, sim. Por exemplo, a idéia da geografia como filosofia da técnica, que somente fui desenvolver em *A natureza do espaço*. Isso está em um livro de viagens que eu fiz em 1958, quando viajei pela França e pela África, *Marianne em preto e branco*. Marianne é a França, o preto seria a África francesa e o branco a própria França. Há outro estudo sobre o desenvolvimento econômico, em que também menciono a idéia de filosofia das técnicas. E há outras idéias, mas que não chegavam a ser idéias, eram pré-idéias. Porque a idéia já tem forma e a forma já é um bloqueio. No momento da criação, é uma pré-idéia que depois vai se desenvolvendo. O resto do que escrevi é pretensamente geografia. São enfoques diferentes e, em cada momento, aquela era *a* geografia

JC – *Isso é uma virtude ou um problema?*

MS – É um problema querendo ser virtude a cada momento. É um problema e uma virtude, porque é uma fé, mas é uma fé que não se mantém como fé porque você se autocritica.

JC – *Mas esse é o processo do conhecimento, da ciência...*

MS – E aí é um problema, porque quando você acaba de escrever você já não gosta tanto.

OS – *Mas como ficamos, então, com a geografia?*

MS – No começo, de alguma forma, era um pouco espontâneo. Depois eu aceitei, gostosamente, a idéia de ter mestres. Eram mestres que eu vi ou com quem trabalhei, outros com quem não trabalhei, mas que vi.

Eram mestres que me influenciaram profundamente como Jean Tricart, que foi a pessoa que mais me impressionou, e, de segunda mão, me passou um marxismo. Ele me deu a vontade de disciplina, rigor, obediência a projetos. O livro dele mais importante, certamente o mais importante livro de geografia humana, que quase não circula, eu traduzi em 1964, mas nunca publiquei, chama-se *O habitat urbano*. Quase ninguém conhece. Eu o traduzi e juntei exemplos brasileiros. Como não foi possível publicá-lo, ficou velho. Tem, então, que ficar bem mais velho para ser publicado, como história. Está esperando a oportunidade de ser publicado. Acho que esse livro ilustra a idéia de dialética socioespacial, que reinventei nos anos 70 e foi re-reinventada por Edward Soja nos anos 90. Esse homem me marcou muito.

Mas tem outros mestres. Josué de Castro teve um papel muito importante. Entre os estrangeiros, Pierre George, que é outro marxista que não cita Marx, o que aliás é um pouco o método que adotei recentemente – quer dizer, não menciono quase Marx, embora esteja implicitamente presente. Pierre George teve uma grande influência. Fazia grandes livros, difíceis. E houve outros, como Michel Rochefort.

OS – *E o seu contato com Marx vem desde a juventude?*

MS – Vem, por intermédio do Tricart. Na juventude, na economia política, no curso complementar e na Faculdade de Direito, Marx era mencionado, mas não foi um conhecimento sistemático. O meu contato sistemático com Marx data da minha ida para Europa, para trabalhar

lá. E sobretudo na África, na época do estruturalismo, em relação ao qual Sartre me impediu de me entregar completamente.

OS – *Quando é que o senhor estabeleceu contato com esses professores de geografia franceses?*

MS – Em 1956, no Congresso Internacional de Geografia, aqui no Brasil. Foi um marco para a geografia brasileira. Vieram os franceses, com quem nos entendemos melhor. Então, eu fui para lá, logo depois, para fazer o doutorado com Tricart e com Juillard, que era o professor de geografia humana da universidade de Estrasburgo. A partir daí, desenvolvemos vínculos fortes.

Mas convidávamos muitos paulistas para darem aula: o Aroldo de Azevedo, o Araújo Filho, o Aziz Ab'Saber, o Penteadó, o Luiz Rodrigues.

OS – *A Eunice...*

MS – É. Mas quando fui candidato a presidente da AGB, ela se opôs, achando que um negro não podia ser presidente. E foi Caio Prado Jr. quem me defendeu. Como gente, a Eunice não é uma pessoa para ser admirada. Caio Prado comandou uma rebelião que facilitou minha eleição, acho que em 1962, em Penedo, Alagoas. Caio Prado, que era editor da *Brasiliense*, ia muito às reuniões da AGB. Era um espaço intelectual importante na época.

JC – *O senhor teve livros publicados pela editora Brasiliense?*

MS – Não, porque quem me avisou que ia publicar aqui, a primeira vez, foi Aroldo Azevedo, na Companhia Editora Nacional. *A zona do cacau* teve uma segunda edição na Coleção Brasileira, mas foi pelas mãos do Aroldo Azevedo. O Caio admirava o Manuel Correia de Andrade, a mim ele queria bem. Ele era um estilo de editor que não existe mais, aquele editor que lhe encomenda um livro, o estilo anglo-saxão de relação entre casa de edição e autor. No Brasil havia o Caio, o Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, que também me pediu um livro. E hoje praticamente não há mais isso. É verdade que na Hucitec, como na Vozes, encontrei acolhida para meus manuscritos. Ultimamente, reencontrei essa relação na Record, com Luciana Vilas-Boas. É que tudo está ligado à crueza do mercado editorial. E, de modo geral, as universidades também são muito tímidas quanto à produção intelectual.

OS – *A própria demanda do conteúdo é parte de um projeto intelectual, não é? Quando Caio Prado Jr. trabalha sobre a estrutura agrária do Nordeste, está no interior de uma compreensão do papel da estrutura agrária e das posições de classe na sociedade brasileira. E ele vai contar com que trabalho para isso? Isso nos remete a uma outra questão sobre o papel das associações científicas.*

MS – Houve um momento em que as associações tinham um papel, não sei se com ou sem aspas, inocente. A associação era um lugar de debate das disciplinas onde, em função de um objetivo, tudo era possível. Havia uma crítica que, praticamente, acabou na nossa

vida acadêmica, que desse modo andou perdendo em densidade. As associações tinham um grande papel e a minha impressão é que pouco a pouco elas foram se transformando em formidáveis instrumentos de promoção individual e grupal.

OS – *Mas professor, nas décadas de 1940 e 1950, as associações científicas não eram também um palco, um teatro de hierarquias, em que se afirmavam vaidades?*

MS – Acho que a vida acadêmica e a vaidade são coisas que não são incompatíveis. Ao contrário, a vaidade é um motor, mas tem que ser circunscrita. A minha impressão, depois de presidir a AGB, quando era mais jovem, e, mais recentemente, a Associação de Planejamento Urbano e a nossa Associação de Pós-Graduação em Geografia, é que são coisas muito diferentes, porque há o mundo da consultoria e do planejamento. Quando Caio Prado pedia um livro, o que ele estava querendo? Estava querendo produzir um ente científico que fosse um discurso político. Ele queria oferecer a idéia de Brasil que ele tinha como contribuição aos políticos. E a carreira resultava dessas intervenções. Hoje, a carreira é um objetivo em si mesma, o que pode levar a uma distorção, ao carreirismo.

Nos meus dois primeiros anos de AGB, meus textos foram rechaçados pelo sujeito que se tornou o meu melhor amigo, o Araújo. Eu fui para a Bahia, escrevi de novo, voltei no outro ano e... “não presta ainda ...”, mas isso não impedia de a gente ficar junto, bater papo. Hoje seria impossível. Os próprios alunos têm dificuldade em

aceitar críticas. A idéia da crítica não é bem vinda por causa da carreira. Eu me recordo, ensinando na França, da dificuldade que havia para um estudante dar uma opinião. Eles tinham medo de abrir a boca, por terror do ridículo. Imagine se você é criticado, pode colocar em risco a oportunidade de emprego, de colocação. Talvez por isso a atividade de orientador seja tão difícil do ponto de vista emocional, porque é um desgaste.

OS – O seu raciocínio sugere que o conteúdo das associações científicas é o de associações profissionais. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que é a grande sociedade científica brasileira, hoje em dia está com grandes dificuldades.

MS – De certa forma. A nossa AGB, por exemplo, é, sobretudo, no meu modo de ver, a caixa de ressonância de uma produção que não é intelectual, mas didática. A produção didática aparece hoje como se fosse produção intelectual, quando, na verdade, é o que há de mais antiintelectual, porque rouba as idéias e nem as cita. São livros de editor. É o editor que diz, “eu quero um livro assim”, e quando você manda, ele muda tudo em função do que é mais fácil vender. Aquilo torna-se aguçado. Mas os autores são citados como se fossem realmente gente criadora.

A influência da AGB vem de outra época, quando ela permitia ver o Brasil. Porque ainda não havia a televisão para vê-lo. Os locais de reunião eram pelo Brasil inteiro: Penedo (AL), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Jequié (BA), Ribeirão Preto (SP). Os anais da AGB eram

o retrato do Brasil, junto com o que se fazia no IBGE e as raras teses, porque não havia esse negócio de doutorado. Era um processo de conhecer o Brasil, descrevê-lo e confrontá-lo com outras realidades.

UM OUTRO OLHAR

JC – *O senhor faz o doutorado de 1956 a 1958, volta para o Brasil, participa do governo, da universidade. Nesse período, antes de 1964, tem mais algum contato com os franceses ou não?*

MS – Continuei tendo, eles vinham muito à Bahia.

JC – *Mas o senhor não foi lá naquele período?*

MS – Ah, eu ia, inclusive, nos empregos que eu tinha, a condição era poder me ausentar. E me ausentava cada vez que eu era chamado para um curso. Eu ia embora, porque eu ia ler, ver, conversar. A cada dois anos eu saía, viajava. Conheci principalmente a França, um pouco Portugal, a Espanha, embora não muito. Não se pode esquecer que meus pais me ensinaram francês a partir dos 8 anos e também que a França era sinônimo de cultura naquele tempo. E conheci a África a partir de 1958, quando acabei o doutorado. Tricart conseguiu que o governo francês me pagasse uma viagem por diversos países africanos, que estavam deixando de ser colônias francesas exatamente naquele momento.

JC – *Gana?*

MS – Não, Gana foi depois. Gana já foi no governo

do Jango, porque, como eu perdi o lugar no governo do Jânio, para não ficar muito chateado na faculdade, os amigos conseguiram com Jango que eu fosse posto à disposição do Ministério e ele me deu uma viagem para a África. Eu fui conversar com diversos presidentes a mando do Jango. Mas era prêmio de consolação, porque não tinha outra coisa. Mas tudo isso eu exclui do meu currículo. Nele, a atividade política não consta.

JC – *O que fica disso para o senhor, desse conjunto de viagens à França, Europa, África?*

MS – A minha primeira viagem para a França foi a descoberta de que, de um modo geral, os jornais não retratavam o mundo. Essa foi a coisa mais importante. Quer dizer, um jornal podia ser correto, não ser desonesto, mas era a porta de entrada das agências estrangeiras. As inovações tecnológicas entravam por lá, mas o mundo era visto por intermédio da *Associated Press*. E eu chego na França e abro um jornal chamado *Le Monde* e me pergunto: “Mas o mundo é aquele que eu escrevo ou este outro?”. Foi esse o meu primeiro grande choque, a primeira grande mudança na minha visão de mundo e, por conseguinte, da minha visão política.

Depois, me recordo de ter visto, por exemplo, em Dakar, no Senegal, os sujeitos que ao meio-dia paravam tudo o que estivessem fazendo para se ajoelhar e virar para Meca. Tive que me perguntar: “Mas eles gostam de Deus? Como é que fazem isso? Isso não é da igreja católica”. Aí eu comecei, intelectualmente, a fazer a crítica do

preconceito. Acho que as viagens me ajudaram a reduzir a carga de preconceito com que somos formados.

E outra lição foi a descoberta da cultura brasileira. Negro ou não, na África eu era mesmo brasileiro. Voltei a ser, quando morei mais tempo na Tanzânia. Eles não me reconheciam. Creio que o movimento negro é um pouco equivocado nessa extrema vocação externa, em olhar para os Estados Unidos, olhar para a África. Evidentemente que viemos todos de lá, mas somos outra coisa. Mas isso a gente pode discutir em outro momento, porque é muito mais complexo.

JC – *Mas a minha pergunta era justamente essa. A visita a esses países, o contato com essas culturas, influenciam a redefinição da sua visão do Brasil?*

MS – Essa visão do Brasil é anterior à descoberta da categoria de formação social, que eu só fui conhecer sistematicamente muito mais tarde. Essa idéia é bem ilustrada, de um lado, por Lenin, num livro copioso, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, e, de outro lado, para mim pelo menos, por Amílcar Cabral, em um livrinho que talvez seja mais bonito do que o de Lenin, quando fala da Guiné-Bissau e que é, também, o estudo de uma formação social. Eu acho que ambos são muito ricos. Antes disso, o que me vinha era esse sentimento da cultura. Creio que a cultura brasileira é um negócio tão forte que tem-se uma dificuldade, num primeiro momento, para dizê-la, porque fomos acostumados a não dizer que temos uma cultura. Mas no confronto fora, sentimos que aquilo tem raiz, peso.

OS – *Eu não percebo tanto assim. Nós não tivemos já algumas pessoas lidando com o Brasil e falando de gente que era brasileira?*

MS – Sujeitos exemplares, como o Florestan Fernandes, o Sérgio Milliet, o Sérgio Buarque de Holanda, o Gilberto Freyre... E, talvez, os homens da música popular, que não tinham importância para nós até então. E os pintores, como Portinari. E também Getúlio Vargas, que tinha uma forte idéia de nação, não é?

OS – *Mas o processo de formação do Brasil como nação é relativamente recente. A cultura é um elemento a impulsionar esse processo. A impressão que tenho é que essa identidade nacional, na verdade, surge a partir dos anos 20, 30.*

MS – O discurso da nação é, em grande medida, de Getúlio. O que explica que o primeiro discurso do Fernando Henrique tenha sido para atacar o Getúlio.

MC – *Uma das coisas de que eu sinto falta, como socióloga, é exatamente isso. Houve um grupo de pessoas que se esforçou em pensar o Brasil. Mas hoje, quando algo neste sentido começa a ser elaborado, somos solicitados a refletir sobre um novo modismo e as novas gerações ficam, então, sem referências. O senhor acha que temos tido dificuldades de dar continuidade à reflexão que vinha sendo construída, de forma crítica, sobre o Brasil?*

MS – Talvez tenhamos de voltar à história do Brasil e do mundo, porque a minha impressão é que as obras de interpretação mais ampla deixaram de ser feitas há alguns

decênios. Mesmo sobre as cidades. O último grande estudo sobre uma cidade foi feito na Geografia da USP, sobre São Paulo, em 1954. E o processo de produção intelectual se tornou muito fragmentado e apressado. A universidade deixou de ser o lugar da calma, passou a ser o lugar da pressa, e isso impede uma reflexão mais assentada, mais longa e mais ampla. As próprias agências de financiamento dão um prazo de dois anos, terminando no terceiro. E como não há férias, não temos tempo para elaboração das idéias. Vejo gente chamando para banca disso e daquilo em janeiro, fevereiro, o que é inadmissível. Você devia ter no mínimo cinco meses de férias por ano. Creio que isso tem um papel no tipo de produção. Aliás, quem produzia esses grandes livros eram pessoas mais ou menos ricas, que não precisavam do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), nem da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), como Sérgio Buarque, Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre. A partir do momento em que o processo de produção intelectual depende muito das condições de organização do trabalho intelectual, como é que ele pode se organizar?

Mas tem uma coisa que você está querendo levantar, que é esse apelo a interpretações parciais, não é isso? Em parte, isso está ligado ao papel da economia na nossa atual produção intelectual. Mesmo quando não nos damos conta, o trabalho dos economistas invade a nossa maneira de ver e eles valorizam aspectos que aparentemente formam o sistema, mas excluem que tudo que é subjacente, tudo que é substrato. E o trabalho

das ciências humanas, no mundo inteiro e no Brasil em particular, é extremamente marcado por essa influência dos economistas.

Pós-64

JC – *Podemos retomar agora o pós-64. O senhor falou que os seus amigos franceses o nomearam para uma faculdade na França?*

MS – Meus amigos franceses foram muito solidários, porque tomaram a decisão de me acolher como professor numa faculdade. Eles próprios se reuniram e consideraram que o melhor lugar para ir era Toulouse, por causa do clima e, depois eu descobri, também por causa das pessoas. Foi muito agradável. Passei três anos lá, depois um ano em Bordeaux e, então, fui promovido para Paris, para a Sorbonne, quase ao mesmo tempo em que o Fernando Henrique foi ensinar em Nanterre, na periferia de Paris. Enfim, fui pensando que ia voltar em poucos meses, porque, em todos os golpes de Estado que tinham ocorrido, a democracia voltava pouco tempo depois. Só que me enganei totalmente, porque parecia que íamos dar um passeio e que voltaríamos triunfantes para nos elegermos deputados, sei lá. E dessa vez foi mais sério. Então, fui ficando.

JC – *E em função de sua cultura francesa, o senhor não teve maiores dificuldades, não?*

MS – Não, não tive, porque havia uma inclinação natural, havia um tropismo francês muito forte naquele tempo e

eu já tinha uma velha freqüentação da França, conhecia muitos de seus códigos. A maior ou menor facilidade para nos instalarmos em outro país tem muito a ver com a forma como se domina ou não os seus códigos. Aí suporta-se melhor um outro país. E era um momento, também, em que havia, no meio intelectual, manifestações de solidariedade em torno de idéias e de princípios. Era o auge, na verdade, da solidariedade internacional. Que hoje não há mais. Havia a idéia de que a pobreza e o subdesenvolvimento tinham que ser eliminados, a liberdade tinha que ser preservada. Isso ajudava à instalação de um homem de *lá bas*, um sujeito que vem lá do Terceiro Mundo, e que era mais facilmente assimilável naquela época. Também tem esse momento histórico da universidade, da edição, da imprensa, dos governos. Por exemplo, um dos ministros do De Gaulle esteve no Brasil pouco antes de 1964 e eu recebi dele uma mensagem, escrita à mão, em que ele dizia que estava atento. Havia essa idéia de solidariedade que hoje não existe mais. E como na França eu tinha o domínio da língua, tinha trânsito, era o lugar adequado para a minha instalação. Curiosamente, não sei se isso ocorre ainda hoje; o Celso Furtado foi para os Estados Unidos e não agüentou. No ano seguinte, ele estava na França. Havia o grupo de Santiago, o Teotônio dos Santos e o Chico de Oliveira no México, mas o restante estava em Paris.

JC – *O senhor teve alguma participação no processo da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)?*

MS – Sim, mas por dialética. Meu irmão, Naiton Santos, era um dos principais colaboradores do Celso Furtado. Ele foi diretor da Sudene com 30 anos. Quer dizer, tinha o Celso, o Chico de Oliveira, uns quatro diretores bem jovens. A Sudene tinha uma visão política formidável do Brasil e do Nordeste, no momento em que o discurso tinha a capacidade de criar política. Era o resto dessa fase histórica do Brasil. O Celso organiza um discurso e com esse discurso impõe uma política, que era uma política geral para o Nordeste. O papel dos estados, e que foi o meu papel, na Bahia, era, de alguma maneira, contrariar essa política geral naquilo que interessava ao estado. Eu ia muito a Recife, para discutir com o Celso e com o Chico e, sobretudo, para pedir dinheiro para pesquisa. Ambos foram muito prestimosos. Mas era uma relação de trabalho um pouco difícil, porque o Celso me estimava, gostava muito de mim, mas, no começo, tinha resistências, creio eu, ao trabalho de um geógrafo. Mas a coisa acabou funcionando bem. A Sudene foi importante porque incluiu a Bahia no Nordeste, o que nunca ocorrera antes, com exceção do sertão. E a Sudene impõe a Bahia ao Nordeste.

JC – *O senhor se casou na França, ficou sete anos lá. Mas por que depois fez esta peregrinação por diversos países?*

MS – A universidade é quase sempre muito lenta para descobrir a novidade. A estrutura dela é um mastodonte. De maneira geral, ela se move com muita dificuldade. Enquanto o governo dava sinais de apreciar a colaboração

estrangeira na universidade, a própria universidade tinha dificuldades para aceitar essas novas decisões. Só recentemente a França se abriu à colaboração permanente de professores estrangeiros. Até então o estrangeiro podia ficar só dois anos. Eu fiquei sete anos. Celso conseguiu ficar um pouco mais, acho que dez, como professor de uma universidade e depois em outra função. E eu acreditava que não podia vir para o Brasil. Não queria fazer a experiência de ver se podia ou não. Então eu fui para os Estados Unidos, onde fiquei um ano como pesquisador no MIT (Massachusetts Institut of Technology). Depois fui para o Canadá, ser professor em Toronto, e fui ensinar, por vários meses, na Venezuela. No Peru, ensinei cem dias e, em seguida, cheguei a ser nomeado professor da Universidade de Londres, onde não fiquei por razões bem dolorosas. Não era possível obter lugar para morar: no bairro onde quis morar não me queriam alugar e a direção da universidade, onde eu ia ensinar, quando mencionei que precisava de uma ajuda mais forte para obter um local para me instalar, me disse: “O senhor mande a sua mulher e depois que ela alugar o senhor vem”. Depois disso, disse a eles que considerava que não eram pessoas com as quais eu podia trabalhar. Então, não fiquei em Londres. Voltei para a Venezuela, de onde fui para a Tanzânia. Também ensinei na Universidade de Columbia, em Nova York.

De lá eu ajudaria a criar uma universidade nova, na Nigéria, onde seria responsável pela geografia, mas o Rafael ia nascer e eu queria que ele fosse baiano. Decidi, então, voltar para que ele nascesse na Bahia, em 1977.

Olhei para o calendário, vi que tinha 51 anos. Disse: “Se eu vou criar uma faculdade nova, é para ficar oito anos pelo menos e, quando voltar, terei 60 anos”. Decidi ficar no Brasil.

Havia muita festa, mas ninguém me ofereceu nada. Fui convidado para ir ao Rio Grande do Sul, mas achei que era longe do centro, porque para ver as pessoas custa caro. E não quis. Foi quando a Maria Adélia de Souza me propôs vir para São Paulo; fiquei um ano e meio. Primeiro, como consultor na Secretaria de Planejamento e, depois, como consultor na Emplasa (Empresa Metropolitana de Planejamento). Só que não tinha o que fazer e, por causa disso, não quis receber o salário. Acabei tendo que recebê-lo na Justiça, porque ninguém entendia que eu não o quisesse por uma razão ética. Eles me procuraram e disseram: “Receba, quem sabe um dia precisemos do seu serviço, o dinheiro já está aí, pago”; e eu: “Não, não”. Bom, o caso foi parar na Justiça, com medo de que eu fosse denunciá-los, e eu tive que receber. Foi então que, sem emprego, me transferi para o Rio, onde fora nomeado professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e fiquei lá quatro anos e meio, até que houve uma conspiração de jovens professores, em São Paulo, que permitiu que eu me instalasse aqui. Coisa que fiz com muito gosto, porque, no Rio, as pessoas eram amáveis, mas eu não sentia condição de desabrochar.

MC – Durante essa trajetória, onde o senhor encontrou os melhores interlocutores?

MS – Na França, eu tinha a interlocução das revistas, publicava onde queria. Também tinha tempo e publicava muito, muito mesmo. Comecei a publicar livros, sobretudo depois que descobri que o que eles propunham não era exatamente o que eu achava e me dispus a discutir a própria geografia francesa. Eu participava de um círculo de debates que se ampliou quando fui ensinar em Paris. Mas, antes disso, eu já tinha uma cadeira no IEDES, que era o Instituto dirigido por François Perroux. Lá, tinha alunos que vinham do mundo subdesenvolvido e alguns franceses, o que me dava uma interlocução com gente da África, da Ásia e da América Latina. Eu me considero um terceiro-mundista.

Quando fui para os Estados Unidos, foi outro tipo de debate, porque o funcionamento da universidade americana é diferente. Os franceses tinham mais dificuldade de exprimir tanto a crítica como o apoio. Tive momentos de grande prostração. Por exemplo, o livro *Le métier du géographe* (O trabalho do geógrafo), ficou vários anos na gaveta, porque às vezes eu o lia e gostava e às vezes eu o lia e achava que era uma porcaria; depois, lia de novo e continuava achando a mesma coisa. Porque a academia era, até certo ponto, silenciosa. Ao contrário da americana, que é ruidosa: eles não esperam o amadurecimento e se exprimem, bem no estilo americano. Isso é claro com as revistas de medicina: se você acompanhá-las, vai tomar todo tipo de remédio, pois hoje é uma coisa e amanhã é outra.

Mas são dois momentos diferentes. Um momento acaba com a minha presença permanente na França. Eu

continuava indo para lá duas vezes por ano. As minhas férias eram na França, não só porque eu não vinha para cá, mas também porque Marie Hélène, minha esposa, tinha que ver sua família e eu meus amigos, ia ver Paris, comprar minhas gravatas e meias. Na França, há uma demora para se instalar, mas depois você acaba se instalando. Já nos Estados Unidos existia, na época, uma circulação mais rápida. Em poucos meses já era possível ser uma figura capaz de circular e discutir – agora está pobre, a circulação se tornou muito mais restrita. São momentos diferentes e complementares, creio, na minha trajetória.

Depois, foi muito gostoso viver na África, na Tanzânia, em Dar Es Salaam. Descobri, aí, que se pode viver sem consumir. Era um país que comprava apenas 300 carros por ano, mas também onde o professor de faculdade ganhava mais que o presidente. E eu tinha estado na Venezuela, que para mim era o cúmulo do capitalismo estabelecido. Na Tanzânia, eu via o capitalismo entrando lentamente. Foi muito importante, para a elaboração teórica do território, descobrir que um país, com sua história e sua organização geográfica, pode ser ou não um obstáculo, refazendo a história da entrada do capitalismo e distinguindo as formações sociais desse ponto de vista. Talvez daí tenha vindo essa idéia, que desenvolvi depois, da formação socioespacial – sem o espaço não dá para entender a produção do capitalismo.

OS – Para a reflexão sobre geografia, viver fora do país por tanto tempo representava uma dificuldade?

MS – Eu não era cidadão. E me refugiava na filosofia. Mas, ao mesmo tempo, tive dificuldade de escrever sobre os outros países, sem conhecê-los tão a fundo como conhecia o Brasil. Escrevi um pouco sobre a Tanzânia e sobre a Venezuela, que foi um país que conheci melhor.

Acho que se deu o seguinte: na França, quando se é nomeado professor, tem-se muito tempo diante de si, ao menos naquela época. Para certas decisões políticas, como eleições de colegas, você era chamado, mas não tinha que fazer a cozinha da política universitária. Isso me deu tempo para estudar. E eu lia muito em inglês, coisa que, então, os franceses não faziam; a parte inglesa da biblioteca era praticamente minha. E pude me interessar por Gurvitch, que era o papa da sociologia, por intermédio de Jean Duvignaud, um grande sociólogo francês, que me levou pela primeira vez a um congresso de sociologia. Não entendia nada, fiquei zozinho. Eu tive que falar e falei sobre o Brasil. Depois passei dois anos lendo sociologia. Fiz a mesma coisa com a economia.

Na medida em que o Brasil se distanciava e que não sabia mais nada sobre ele, só a filosofia me prendia, porque aí é nada e é tudo. Não há aquela amarra do país. A amarra com o Brasil, sobretudo na África, era a música, porque nem notícias recebia mais; alguns recortes, as cartas escasseavam, o contato telefônico não era fácil como hoje. Passei também a estudar física para poder escrever o que ia se tornar depois a geografia nova. Eu li sozinho até descobrir que não era a física propriamente dita, mas a filosofia da física que me interessava. Isso eu encontrava na biblioteca da universidade, na Tanzâ-

nia, e me ajudou a continuar vivendo, a encontrar um caminho, que não era o caminho do cidadão, porque o cidadão, embora permanente, é também datado. Você é brasileiro, mas é brasileiro de um lugar e de uma época. A identidade vai se refazendo com a história geral e pessoal e eu havia perdido a minha. Fiquei 13 anos fora do Brasil.

MC – O senhor falou que estava refletindo a respeito da geografia, mas lia física, sociologia e economia para voltar à geografia. Porém, nos seus escritos, o senhor reafirma o tempo todo a necessidade de a geografia ter um corpo coerente, um ponto de vista a partir do qual possa analisar a realidade.

MS – Está cada vez mais claro, para mim, que a atividade acadêmica é o intróito indispensável à produção do discurso político. Ela tem que ser algo que se refira à realidade, mas que também possa ser trabalhada por outros, contribuir para a elaboração de um discurso político. É uma outra ruptura na minha trajetória. Uma primeira é entre teóricos e empiricistas. Há um empirismo inocente quando escrevo, nos anos 50, sobre a produção do cacau. Depois, passei, sem saber copiar, para os franceses. E esse problema é muito grave, porque a gente descobre coisas que não conferem com o que seu mestre lhe tinha dito. Também superei essa fase. Depois, houve uma certa resistência em relação ao aprendido, um terceiro-mundismo de outro tipo, quando dizia que o espaço do Terceiro Mundo é feito das mesmas coisas só que com resultados diferentes. E também essa ruptura,

creio que a mais importante, ligada ao fato de voltar a ser cidadão. Finalmente, o fato de que, hoje, dou muito menos importância aos congressos e às atividades internacionais.

OS – *Eu tenbo muito receio da nossa falta de utopia, desse esvaziamento de respostas com relação à sociedade e ao homem que está acontecendo, das nossas possibilidades humanas de elaborar o que é negativo neste mundo. Os anos 60 não foram férteis nessa possibilidade utópica, na possibilidade de futuros para a sociedade?*

MS – Mas aí quase que começa a acabar.

OS – *Mas existia uma solidariedade na elaboração e na prática das idéias, na crítica geral da sociedade, não?*

MS – E nessa vontade de mudança, que inclui a utopia. “Nada é impossível”. “É proibido proibir”. E hoje somos ridicularizados quando pretendemos ser utópicos. Mas isso está ligado à globalização. Temos que tentar romper com esse círculo terrível para restaurar a utopia, que afinal pode ser científica, como uma crise de alguma forma prevista.

DE VOLTA AO BRASIL

JC – *O Brasil que o senhor encontrou em 1978, é um país onde a utopia não estava morta, é uma sociedade em grande efervescência política. Como o senhor percebeu o Brasil depois de tanto tempo?*

MS – Tive uma enorme vontade de reaprender o Brasil,

o que me levou, primeiro, a ler muito jornal e a não confiar nas leituras por causa da autoridade dos autores. Sobretudo porque as ciências sociais já eram dominadas por coisas como o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Eu aprendi a duvidar, profundamente, dos textos não apenas pelo seu conteúdo político, mas pela própria qualidade intelectual dessa produção. Todos os brasileiros achavam que eles eram, primeiro, progressistas e, segundo, inteligentes e cultos. Minha primeira posição foi ter muita dúvida sobre a produção intelectual de centros apontados como excelentíssimos, como é o caso desse, para nomear um. Eu não acho que sua produção fosse de boa qualidade, embora tivesse um prestígio pela chancela estrangeira e oficial. Eram subvencionados de fora do país, e de dentro, pelo aparelho do Estado. Mas são histórias que por enquanto não se contam.

Compreendi, também, como se organizava a vida acadêmica no Brasil, como certos centros impediam realmente o desenvolvimento do conhecimento. Eu levei algum tempo para descobrir como era o meio acadêmico brasileiro. Não foi uma descoberta imediata, sobretudo porque foi aos poucos que vi que a realidade não era bem como me contavam. As universidades são culpadas, em parte, pelo empobrecimento da vida intelectual. Elas nos cobram o tempo todo. Por exemplo, um *paper* publicado numa universidade estrangeira qualquer vale uma porção de coisas, vale dinheiro. Há toda uma organização do trabalho intelectual que não é criticada. A USP pensa que discute, mas não critica a maneira como

organiza seu próprio trabalho intelectual. Dá, então, para entender como as pessoas são, sem querer, conduzidas a fazer isso ou aquilo. Hoje é tudo burocrático: uma colega que dirige a pós-graduação da faculdade me escreve para dizer que ou eu mando a nota até tal dia ou o sistema não a receberá. E pessoas sem competência específica decidem sobre propostas de cursos. A cada dia se é mais amarrado. A hierarquia acadêmica, os diretores da universidade já não se preocupam com a tropa... Mas esse é outro assunto.

Podemos, talvez, ligar essa discussão com a idéia de nação. Porque uma epistemologia européia ou americana não dá conta da interpretação da nação brasileira, ou de outra nação qualquer. Um centro como o Cebrap, que se refere permanentemente ao estrangeiro – não vou dizer nomes, mas tem gente que só escreve sobre o que falou fulano, não sei onde, ou que busca uma teoria que não se aplica –, não permite reconhecer a nação, embora apareça como se fosse a nação, pelo prestígio institucionalizado dos indivíduos e dos centros.

JC – Esse é um período de luta contra a ditadura militar, de ascenso do movimento operário e popular, que depois dá origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). É quando surge uma nova esquerda no Brasil, bem diferente da esquerda pré-64. O senhor já mencionou que existia uma grande frente contra a ditadura, que depois vai se dividir, na medida em que se clarificam os projetos políticos contraditórios que existiam no seu interior. Mas

é também um momento de grande esperança em relação à possibilidade de mudança, de espaço para as utopias poderem se projetar no terreno da política. Como o senhor lidava com toda essa situação? Como o senhor via o Brasil naquele momento?

MS – Eu me preparava para ver o Brasil. Levei muitos anos me preparando para enfrentar a realidade, para tentar uma interpretação. Para mim, isso era muito claro e consciente. Eu recusava qualquer certeza. Há uma coisa de que eu gosto e que está num livro de Henrique Rattner, que se chama *Brasil 1990*, publicado em 1979, que constrói uma visão do que o Brasil poderia ser. Acho que acertei no meu texto olhando a partir do território, porque acreditava que faltava uma teoria que, sem deixar de incorporar o mundo, desse um papel central ao Brasil como ator de sua própria existência. Há essa dificuldade nesses estudos mais gerais sobre o Brasil: o que são a sociedade, a economia, a política brasileiras? Aquilo que sobressaía mais fortemente nas ciências sociais era o seu caráter instrumental. Uma das perguntas permanentes que fazem ao intelectual é: “E agora, o que você vai propor?”. Ela está ligada a essa instrumentalização do produto intelectual, que no meu modo de ver, tem relação com a preeminência da economia na epistemologia das ciências sociais.

MC – *É interessante como, até a década de 1960, temos o esforço de formulação de interpretações mais gerais do Brasil, mas a partir de então há um retrocesso.*

MS – Há uma diminuição e uma dificuldade real, porque

as diferenças se agigantaram. E como acompanhar essa multiplicação atual de mestrados e doutorados? Eles podem ter um papel importante pelo fato de o eixo Rio-São Paulo deixar de ter o monopólio do saber catalogado e de sua distribuição, o que vai desembocar na questão da Odette, de como é que essas associações científicas vão se comportar para pegar isso tudo e de novo ajudar a fazer a síntese, e assumir essa síntese, e como é que nós vamos convencer os que apóiam a pesquisa a deixar as pessoas trabalharem. Porque você tem dois cortes centrais, um são os temas preferenciais – cada vez há mais temas preferenciais – e o outro é querer que se resolva tudo em dois anos.

JC – Sua obra depois dos anos 80 vai procurar estabelecer o que seriam os marcos teóricos mais gerais para pensar a geografia, mas também procurar compreender, depois desse momento de preparação, a formação social brasileira.

Estou terminando dois livros agora. Um é uma tentativa de dismantelar a ideologia da globalização. É um livro curto, mas acho que vai ser bonito, pelo menos está bem escrito. E um outro é sobre o Brasil. Deve sair também este ano. É uma obra no nível de *A natureza do espaço*, mas com suas categorias aplicadas ao Brasil. Mas ainda não é o livro que eu gostaria de fazer, porque ele tem um nível de abstração alto. Ele tem muito de empírico. Você vai encontrar “a firma tal, o senhor Ermírio de Moraes precisa daquilo em tal lugar”, mas ainda está no nível intermediário, entre a teoria geral e a busca de

uma teoria menor do Brasil – tem que ser sucedido por outros níveis mais próximos do que as pessoas chamam realidade.

JC – *Onde está expressa sua primeira formulação sobre o Brasil?*

MS – Talvez no livro com o Rattner, de 1979. Eu falava sobre a transnacionalização do espaço brasileiro. Tinha estado em Rondônia e estava impressionado por haver descoberto São Paulo, porque foi lá que eu entendi como é que São Paulo se instala no Brasil como capital geral da nação, e como conseguiu esse comando único sobre todo o território. Tinha ido a Rondônia a convite de Sylvio Sawaya, como consultor, para fazer um texto a partir do qual eles trabalhariam empiricamente na Secretaria de Planejamento. Então, me vieram muitas idéias sobre o Brasil. Creio que ter vivido em muitos países me ajudou nisso.

MC – *Em vários momentos, desde que começamos a conversar, ficou a impressão de que o senhor partiu quase sempre de um ponto de vista “estrangeiro”. Por exemplo, uma visão de Salvador a partir do sertão, uma visão de São Paulo em Rondônia, uma visão do Brasil a partir da França. Esse “olhar estrangeiro” ajuda na formulação teórica?*

MS – Tem que haver um esquema geral de interpretação, que acaba de alguma forma sendo um olhar externo. Quando falo em uma teoria geral não é tão verdadeiro, porque é a teoria geral de um brasileiro. Só que também

existe a teoria de um europeu, de um americano, embora eles a considerem uma teoria geral. É uma vontade de encontrar uma teorização geral, que permita chegar a um lugar e começar a trabalhar com o chamado empírico, que é o seu empírico. Mas o fato de ter vivido em diversos lugares permite duvidar das certezas absolutas, das combinações únicas.

MC – *Isso influencia nessa busca do outro da globalização?*

MS – Creio que sim. Talvez esteja ligado ao que ficou de profundo na minha leitura de Marx e de Hegel. Essas bases da dialética, com a vontade de incluir o que existe. E é isso que é teoria: algumas perguntas que você coloca ao real.

O PAPEL POLÍTICO DOS INTELECTUAIS

JC – *A impressão que dá é que, nos anos 90, o senhor se propõe a um papel político mais ativo, intervindo, a partir dessas reflexões, no debate.*

MS – Acho que essa decisão foi tomada quando decidi não brigar para ficar na Bahia. No fundo e existencialmente, era poder me colocar sem ter que me chocar com os amigos do passado, com as relações pessoais caras. Quando, em 1978, na AGB, briguei com a turma do Araújo, foi uma coisa dolorosíssima. Como brigar com um amigo de 40 anos, que você ama como a um irmão? É um problema terrível para qualquer pessoa com um mínimo de sensibilidade. Na Bahia, eu contra-

riaria muitas pessoas, ficaria sozinho e incapacitado de continuar. O projeto de ter uma intervenção política no país tem 20 anos, mas o que assimilei da vida francesa me ajudou a descobrir que era necessária uma avaliação de oportunidades.

MC – *Isso coincidiu com o momento que o senhor teve maior reconhecimento no Brasil?*

Eu me preparei, porque estudava, lia, viajava, me preparei e esperei. Acho que esse é o problema atual da produção acadêmica, essa dificuldade de poder se preparar e esperar. Não se pode mais esperar. E as minhas condições biográficas me permitiram esse repouso. Quando vim me instalar em São Paulo, em 1983-84, descobri uma certa estabilidade material. A Universidade de São Paulo é muito mais universidade do ponto de vista do apoio que dá ao seu pessoal. Tenho muitas críticas à USP, mas possuo aspectos positivos, alguns dos quais, lamentavelmente, estão se desmanchando com muita rapidez. São Paulo é uma cidade que dá visibilidade aos seus intelectuais. E eu tinha total consciência de que poderia influenciar a vida política sem estar em um partido. Aliás, a condição é não estar. Não estar é também uma convicção e uma estratégia. Porque estando, dificilmente pode-se dizer o que se pensa.

JC – *O senhor tinha, a partir de sua prática política no período pré-64, uma consciência muito clara do que a política implica de limites e possibilidades, das amarras que coloca. Então, a opção de lidar com a política de*

fora da institucionalidade é uma opção feita a partir de uma experiência muito vivida?

MS – Eu estou convencido de que há lugar, no Brasil, para uma forte “classe” intelectual. Está na hora, porque o que está aí não vai... eu ia dizer “não vai durar”. Minha impressão é que a desordem na nação está muito forte e que daqui a pouco o abandono do pensamento único abrirá espaço para formulações bem sistematizadas. Temos que nos esforçar para obtê-las.

OS – Então, professor, há chance de um entendimento do Brasil, dadas as condições do mundo?

MS – Creio que depende muito de nós mesmos. De um lado, tudo que é institucional na vida acadêmica se opõe à produção do grande conhecimento. Ele se faz à revelia da instituição. De outro lado, creio que há uma demanda de entendimento e de sistematização. E não há necessidade de muita gente para tanto, porque nisso nunca houve muita gente. Agora, como dar o salto, eu não sei, mas imagino que é com cada um fazendo seu trabalho. Esses movimentos todos, que estão brotando por aí e que são tão numerosos... Evidente que tem as eleições, que acabam atrapalhando um pouco porque abrem espaço exagerado para individualismos, imediatismos, modismos, oportunismos, tudo que é avesso à formação da consciência.

OS – Porque elas levam a política a seu pior lado, a seu momento mais medíocre. Podemos esperar alguma coisa da mobilização política eleitoral?

MS – Há outras formas. Mas toda essa movimentação para reclamar isto, para condenar aquilo, já tem um papel. Nesses últimos anos, acelerou-se enormemente essa vontade de tomar consciência, o que nem sempre é bem canalizado. Mas há muita coisa capilar. Creio também que o processo de privatização da educação e da saúde, no Brasil, vai produzir uma aceleração muito forte na consciência. Em cinco anos, vamos estar num processo de desmantelamento da saúde que vai atingir todo mundo e que vai convocar todo mundo. Então, o ministro terá de abandonar o papel de garoto-propaganda e enfrentar os problemas. Querem privatizar a água, querem privatizar o esgoto, querem privatizar a cidade. E as soluções apontadas são adjetivas. Os candidatos a prefeito em São Paulo estão agora preocupados com o que chamam de subprefeituras. Mas o que vão colocar dentro? E quanto tempo isso vai durar? Não vai durar muito. Porque é o cotidiano das pessoas que se levanta com força com a globalização.

JC – *É a massa pobre da população, o povo, que será o sujeito da transformação social?*

MS – Nunca entendi bem a pergunta freqüentemente feita sobre “o povo como sujeito”, embora compareça como questão quase obrigatória na esquerda. O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolúvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria não apenas filosófica e sociológica, mas como

uma categoria geográfica, territorial. Como fazer o que nunca foi feito, isto é, introduzir o local na política de forma menos aleatória, voluntarista ou oportunista? A verdade é que ninguém jamais deu bom-dia ou se encontrou com a sociedade total de um país, uma enteleguia que vive apenas nos livros. Na vida de todos os dias, a sociedade global *vive* apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também, sua dinâmica interna, na qual, de um modo ou de outro, todos agem sobre todos. O sujeito é também o objeto. O sujeito é plural e o objeto diversificado. Partindo dessa idéia, depreendemos as diferenças estruturais e avaliamos o valor diferenciado das diversas ações dentro do todo. Talvez por aí se recuperem elementos de análise que substituam ou auxiliem o uso de noções como classes sociais etc., fora de qualquer esquema preconcebido. Servirá de pouco jogar na cara dos nossos contendores políticos que eles não cuidam do “povo como sujeito” se não tomarmos tais precauções analíticas.

JC – *Há a necessidade de construir outro grande discurso. Esse seria um novo discurso da nação?*

MS – O discurso da nação terá que ser feito pelos partidos e esse é o problema que não sei como será atravessado. Acho que esse é o grande complicador, porque os partidos oferecem alguma resistência. Alguns total, outros uma resistência menor a um debate mais profundo. Por causa da eleição mesmo, porque têm que ganhar a eleição e aí cedem, concedem, escolhem o candidato que

se apresenta melhor, o mais bonitinho. E se o candidato ganhar, o partido se atrasa, mas ganhou a cadeira. E os partidos parecem ter horror aos intelectuais, que utilizam como bobos da corte, que utilizam em ocasiões especiais como os torneios. Ora, não há discurso político que se mantenha se não for precedido por um bom discurso acadêmico.

OS – *A experiência que acumulamos no processo político é que não estamos fazendo política nos termos do que seria a essência de uma democracia representativa. Nós vamos continuar buscando isso?*

MS – Acredito que não, primeiro porque não é mais democracia, embora continuemos dizendo isso, mas não é.

OS – *Mas se o partido político é o caminho, como será então?*

MS – Mas os partidos serão como são hoje? Creio que não. Os atuais partidos têm os seus dias contados e subsistem graças aos respectivos aparelhos. Todos sofrerão, em poucos anos, mudanças fundamentais, tentando se adaptar ao furacão em que o país começa a viver.

JC – *O senhor constata o gigantesco desabrochar de organizações e movimentos que representam um enriquecimento da vida política da sociedade. Temos uma sociedade com demandas políticas muito mais ambiciosas do que no passado. E isso tem de encontrar canais institucionais de expressão, pontos de convergências. A*

aposta que o senhor faz é que “não basta na verdade essas duas coisas”, para usar a frase do Gramsci, “a ideologia é o cimento do bloco histórico, e a ideologia é o produto dos intelectuais orgânicos”. A posição do senhor me parece ser a de valorizar o papel do “intelectual orgânico” enriquecido do engajamento sartreano. Não é só o papel do intelectual, é a capacidade do intelectual de sintetizar um projeto de nação, capaz de soldar essas coisas todas que estão atomizadas. Isso não é feito sem os partidos, mas não é feito nos partidos. Não é feito a partir dos movimentos diretamente, mas é feito em interlocução com os movimentos. Então, o desafio de fazer uma outra política tem a ver com conseguir articular esses elementos e, inclusive, apostar que os partidos, nessa situação, serão diferentes, serão partidos portadores de projetos e não legendas para disputar cargos. Isso é uma aposta?

MS – Tem como ser diferente? Nós fazemos uma interpretação do país via território, via sociedade. O Chico Oliveira, a Maria da Conceição Tavares, o Carlos Lessa, o José Luis Fiori o fariam via economia, Octavio Ianni via cultura, mas é o partido que vai nuclear. Porque as nossas interpretações são parciais. E o mesmo material pode servir a diversos partidos, dependendo da forma de combinar e do tempo que cada um se dá para chegar lá. Na esquerda é mais rápido, na direita, mais lento. O que vejo é que vai haver uma fratura em todos os partidos e, depois, uma reconstrução do corpo político, onde ficarão, paralelamente, partidos com vontade de abrangência e partidos sem vontade de abrangência, com e sem capacidade de se reproduzir. Eu não tenho como

acompanhar a luta interna dos partidos, mas olhando os partidos ditos de esquerda, progressistas, você vê fluxos e refluxos e rupturas internas que ainda não puderam se manifestar de forma autônoma e explícita e que aceitam ficar dentro das estruturas antigas, ainda que descontentes. Os taumaturgos da conversa fiada estão cansando.

JC – *E o que vai sair daí tem elementos de imprevisibilidade e de aposta.*

MS – Há pouco, o Inocêncio Oliveira, líder do PFL (Partido da Frente Liberal) na Câmara dos Deputados, que é um dos próceres “progressistas” do Brasil, lançou a campanha para o novo salário mínimo, que tem que ser algo em torno de 100 dólares. Muito trabalhador vai achar que o Inocêncio é um sujeito formidável. Nosso trabalho é produzir sistemas de interpretação. Acho que nossa grande tarefa é acelerar a desinstitucionalização da universidade, é aumentar o debate. Ninguém vai querer que todo mundo esteja do mesmo lado, mas que o debate se amplie, sem a obrigatoriedade de sentar junto, envolvendo algumas das forças políticas. Eu vejo, por exemplo, em alguns partidos, sujeitos que no discurso são radicais, mas o radicalismo, hoje, não é mais estar na esquerda. O radicalismo é ter conscientemente o conjunto dessas formas, é poder discutir. Essa discussão não pode ser atropelada pelas alianças de conjuntura, que podem ajudar o jogo eleitoral ou pré-eleitoral, mas podem desfigurar as formulações intelectuais mais depuradas. As coisas têm de ser separadas, mas os partidos ainda não sabem como respeitar seus intelectuais,

quando os têm. E estes têm medo de ser acoimados, de estarem em uma torre de marfim. Enquanto isso, quem perde é o país.

OS – Professor, estive pensando que, dessa conversa, saem três exigências para a nossa prática. Primeiro, existe a institucionalização da universidade; depois, a postura do debate democrático: sair conversando e procurar quem passou a barreira da alienação; e pensar como sistema. O senhor está bem informado, o senhor sabe que a universidade está em franco processo de institucionalização, e quando nos organizamos contra isso, conseguimos duas ou três pessoas naquelas assembléias. Então, eu me pergunto: será que o fato de não perceber o mundo como sistema é que empurra o sujeito a não poder lutar contra essa institucionalização? Ela é voraz, vem todo dia. É imperioso assumir as três atitudes que coloquei esquematicamente. Mas como?

MS – Você tem a idéia como ação, porque você pode ter a idéia que não se manifesta como ação. Você pode ter uma coerência no que produz, no que escreve, no que fala, que influencia as ações. Acho que temos colegas que são sistêmicos no interesse deles, que acaba no bolso, o que leva a esse desvio. Mas, então, a ação já não é coerente com o discurso. Porque acho que todas as disciplinas convergem para a política.

JC – Essa é um idéia muito importante, a de que todas as disciplinas confluem para a política!

MS – Se trabalhamos com variáveis dinâmicas, produ-

zimos uma interpretação sistêmica e durável, porque a variável escolhida já inclui o sentido da duração. Então, produzimos ao mesmo tempo uma interpretação e oferecemos o pano de fundo para a mudança possível. Nesse caso, as disciplinas que trabalham com variáveis dinâmicas são, todas, instrumentais por mais teóricas que também sejam. E o partido ainda é insubstituível, caso ele tenha bons filósofos ou intelectuais que ajudem na produção do seu discurso, sem estar obrigado ao compromisso com a ação. Porque tem que haver a elaboração do discurso, não basta a idéia. É o mundo da ideologia: se o mundo foi feito pelo discurso, tem que ser reconstruído pelo discurso. Isso talvez dê essa preeminência ao papel do intelectual. O mundo atual é movido pelo discurso; nosso trabalho é oferecer o contra-discurso. E os partidos têm os especialistas do discurso.

A 4ª reimpressão da 2ª edição de *Território e Sociedade – Entrevista com Milton Santos* foi impressa na cidade de São Paulo em março de 2009 pela Bartira Gráfica para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.500 exemplares. O texto do livro foi composto em Garamond no corpo 11/13,5. Os fotolitos da capa foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* do miolo foram produzidos pela própria Editora. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em Polén soft 80g.